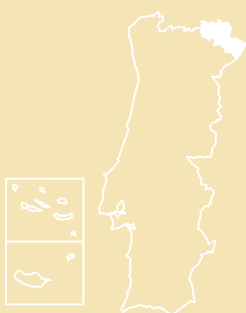




Francisco Botelho

Em Destaque

Recuperação do património e valorização da paisagem rural



CoraNE

Terra Fria
Transmontana

P 12 Um fim-de-semana na Terra Fria Transmontana

P 4 e 5 Entrevista Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles

P 6 e 7 Pombais do Nordeste Transmontano

P 16 e 17 I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+

Requalificar para valorizar

O tema central deste número é a *Recuperação do património e valorização da paisagem rural* e conta com contributos diversos que em muito enriquecerão a reflexão sobre este tema.

Na entrevista realizada ao Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles - "A paisagem é tudo" - relata-se no tom simples e esclarecido de alguém que é uma referência em matéria de ambiente, a importância do equilíbrio da relação do homem e das suas diferentes actividades com o espaço que ocupa. Nas palavras do mestre a paisagem constitui "o diagnóstico de uma organização humana do território". E é com evidente preocupação que se antevê o seu futuro, que está intrinsecamente ligado ao da actividade humana que a configura e constrói: "a paisagem não é um ordenamento, não é um bilhete postal ilustrado, não é uma fonte de receita por si própria, representa a identidade cultural do país e a natureza equilibrada de construção da instalação da população".

Conciliar inovação e capacidade de fazer frente aos riscos de descaracterização e homogeneização da paisagem significa, segundo Teresa Pinto-Correia, da Universidade de Évora, a capacidade de envolver os principais interlocutores, actores e utilizadores, na procura de soluções que permitam a "redefinição da funcionalidade e padrão de cada paisagem".

Exemplar a este título é o projecto de salvaguarda e valorização do Conjunto Pré-Histórico de Alcalar, da responsabilidade do IPPAR. Situado no concelho de Portimão, o projecto articula-se com um trabalho de investigação que tem como base o estudo do património edificado entre o V e o II milénios antes da nossa era e compreende todo um conjunto de acções integradas. É esta opção integrada e

coerente de intervenção territorial que permite que investigação, reflexão sobre reordenamento do território, valorização cultural e turística, combinem a potencializem sinergeticamente os efeitos das diferentes acções. Como sublinha Rui Parreira, arqueólogo, e coordenador deste projecto, "as tarefas de gestão patrimonial sairão enriquecidas se foram inseridas numa prática de desenvolvimento sustentável, em que os restos arqueológicos sejam encarados como uma mais-valia do presente e em que a musealização dos lugares de memória tenha um sentido de contemporaneidade, sem o que a sua banalização como locais de ócio terminará por convertê-los em não-lugares". Estas palavras resumem a preocupação que, do nosso ponto de vista, deve presidir a qualquer intervenção de requalificação e reabilitação do património.

A pesca da lampreia e do sável no Rio Minho e as pesqueiras associadas a esta actividade ilustram esta ideia da necessidade de encontrar um equilíbrio na relação do homem com o espaço envolvente e na exploração sustentável dos seus recursos, num artigo da responsabilidade do Gabinete de Apoio do Desenvolvimento da Câmara Municipal de Melgaço.

Numa nova *subrubrica dos Territórios, Fim-de-semana*, privilegia-se a (re)descoberta dos territórios, valorizando-se também os contributos que a iniciativa LEADER deu para que o espaço rural aumentasse e requalificasse a sua oferta turística e reabilitasse o seu património edificado e natural. Esperamos que ela se constitua simultaneamente como um espaço que conte de forma despretensiosa o território e os seus lugares e que seja fonte de alguma informação de diversa natureza (histórica, cultural, gastronómica, etc.), para o visitante que pretenda fazer uma "escapadinha" de fim-de-semana.

Esta primeira saída, proposta com o apoio da CoraNE – Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste, convida a um passeio pela Terra Fria Transmontana, mais precisamente pela Rota dos Castelos da Terra Fria Transmontana.

Também da zona de intervenção da CoraNE, mais exactamente do Parque Natural do Douro Internacional e da associação PALOMBAR, chega um importante contributo para o tema *Em Destaque* neste número do *Pessoas e Lugares*, referindo-se a um dos elementos mais característicos da paisagem de Trás-os-Montes: os pombais. Estruturas arquitectónicas de configuração inconfundível cuja recuperação e revitalização tem sido, em parte, apoiada pelo programa LEADER.

Neste número, resta ainda destacar a realização do I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+. A ampla participação dos técnicos dos GAL, entidades parceiras da Rede LEADER e entidade gestora, permitiu traçar um esboço das acções a desenvolver nos próximos dois anos.

Cristina Cavaco

O Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), entidade responsável pela animação e dinamização da Rede Portuguesa LEADER+, está a repensar a melhor forma de distribuição do jornal *Pessoas e Lugares*, de modo a que este chegue a todos quantos se interessam pelas questões do mundo rural.

Desejamos que este jornal seja do conhecimento de um vasto número de pessoas, organizações e entidades, públicas ou privadas, público em geral de zonas rurais ou urbanas e responda às necessidades de informação sobre o mundo rural.

Neste sentido, aproveitamos este número para informar todos os leitores que pretendam receber directamente o jornal *Pessoas e Lugares* o façam para:



Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa
Tel: 21 318 44 19
Fax: 21 357 73 80
Site: www.leader.pt



Foto Limão

Uma rede ecológica europeia

A Rede Natura 2000 é a peça fundamental da política de conservação da natureza e manutenção da biodiversidade da União Europeia (UE). Com a implementação desta rede pretende-se inverter a tendência de degradação ou eliminar as ameaças que pesam sobre certos tipos de *habitats* naturais e de espécies, nomeadamente aqueles que são de interesse prioritário para a manutenção da biodiversidade no espaço comunitário. Estes objectivos foram reafirmados no Conselho Europeu de Gotemburgo, de Junho de 2001, pretendendo-se estancar a perda da biodiversidade até 2010. Este aspecto foi reforçado a nível mundial, na Conferência de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável.

A UE dos quinze Estados-membros dispõe de um património natural rico mas frágil. A evidenciar essa riqueza refiram-se os diversos milhares de tipos de *habitats* naturais que abrigam 150 espécies de mamíferos, 520 aves, 180 répteis e anfíbios, 150 peixes 10 000 plantas e pelo menos 100 000 invertebrados.

Apesar dos esforços das políticas de conservação da natureza na UE, muitas destas espécies têm vindo a diminuir, nomeadamente pela degradação dos *habitats* naturais mais importantes para a sua sobrevivência, na sequência da intensificação das actividades humanas, como sejam o desenvolvimento urbano, de infra-estruturas, dos transportes, da indústria, do turismo, da agricultura e da silvicultura, provocando a sua perda ou fragmentação.

A legislação comunitária com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade tem por base as Directivas "Aves" (Directiva 79/409/CEE, do Conselho, de 2/04) e "Habitats" (Directiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21/05), que estabelecem também uma rede ecológica europeia coerente de zonas especiais de preservação, denominada Rede Natura 2000. Estas Directivas foram transpostas para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24/04, revisto pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23/09.

Todos os Estados-membros contribuem para a constituição da Rede Natura 2000 em função da representação no seu território dos tipos de *habitats* naturais e das espécies constantes dos anexos I e II da Directiva "Habitats", integrando ainda esta Rede as Zonas de Protecção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Directiva "Aves".

A Directiva "Habitats" identifica cerca de 200 tipos de *habitats* (anexo I) e cerca de 700 espécies de flora e fauna selvagens (anexo II) considerados ameaçados na UE e tem como principal objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da sua conservação. Com base nos critérios definidos no anexo III da Directiva, cada Estado-membro elaborou uma lista de sítios que apresentou à Comissão Europeia.

Através de um processo de análise e discussão das diferentes listas nacionais, entre a Comissão Europeia e os diferentes Estados-membros, são seleccionados os Sítios de Importância Comunitária (SIC) distribuídos por cada uma das cinco regiões biogeográficas: Boreal, Atlântica, Continental, Mediterrânica e Macaronésica. Portugal insere-se em três zonas biogeográficas: atlântica (litoral norte), mediterrânica (a restante parte do continente) e macaronésica (arquipélagos dos Açores e Madeira).

Os Estados-membros dispõem de seis anos para designar os SIC como Zonas Especiais de Conservação (ZEC), estabelecendo para estas planos de gestão no sentido de se assegurar a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos valores naturais identificados.

A Directiva "Aves" refere 181 espécies e subespécies de aves selvagens, tendo como objectivo a sua protecção no território da Comunidade Europeia e a protecção dos seus *habitats*, dando especial relevância às zonas húmidas, por se tratar de *habitats* determinantes na conservação de aves migradoras. Nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores o processo de implementação da Rede Natura 2000 está mais avançado, uma vez que, para além da definição dos Sítios da Lista Nacional, já se encontram designados os SIC pela Decisão da Comissão Europeia de 28/12/2001.

No Continente foi delimitada a Lista Nacional de Sítios (LNS), publicada através das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28/08 e n.º 76/2000, de 05/07 e foram criadas a ZPE do Estuário do Tejo, através do Decreto-Lei n.º 280/94, de 5/11 e as restantes ZPE pelo Decreto-Lei n.º

384-B/99, de 23/09. Estas áreas representam cerca de 20% do território, distribuindo-se em grande parte por áreas florestais, mas sobrepondo-se também a áreas agrícolas, com diversos graus de intensificação produtiva.

A implementação da Rede Natura passa pela definição e aplicação de regras de gestão, que poderão ser de natureza regulamentar, administrativa ou contratual. Cada Estado-membro pode definir os métodos ou os tipos de medidas que pretenda adoptar.

No caso de Portugal, a implementação da Rede Natura 2000 e dos seus instrumentos e regras de gestão decorrerão do Plano Sectorial. Este Plano é da competência do Instituto da Conservação da Natureza e encontra-se actualmente em elaboração.

Decorreram já cerca de seis anos desde a publicação da primeira fase da Lista Nacional de Sítios (1997) e cerca de dois anos desde a decisão de elaborar o Plano Sectorial (2001) encontrando-se as áreas sujeitas a regras de gestão pouco definidas, avulsas ou casuísticas que geram facilmente situações de conflito com as actividades nelas existentes, levando ao seu abandono com a previsível degradação dos *habitats* que lhe estão associados. Actualmente ponderam-se os custos de gestão e fontes de financiamento da Rede Natura 2000, tendo sido constituído um grupo de trabalho para a sua análise e apresentação de sugestões à Comissão Europeia, na sequência do disposto no Art.º 8º da Directiva "Habitats".

Os instrumentos de financiamento actuais da União Europeia (FEOGA, FEDER, LEADER+, INTERREG, Fundos de Coesão e LIFE) têm sido utilizados para financiamento de projectos da Rede Natura 2000, não assegurando contudo a longo prazo a continuidade das medidas de gestão a implementar, uma vez que têm objectivos específicos distintos. Actualmente o fundo mais vocacionado para este efeito é o LIFE - Natureza, afecto exclusivamente à Rede Natura 2000, se bem que disponha de um orçamento relativamente limitado para o efeito.

Maria da Glória Diniz
Ana Maria L. C. Correia
IDRHa

Fontes: www.icn.pt; <http://europa.eu.int>; NATURA 2000-Letres d'information "Natura", Commission Européenne DG ENV; Relatório Final sobre o financiamento da Rede Natura 2000, Grupo de Trabalho do artigo 8º da Directiva Habitats; Relatório da Comissão sobre a aplicação da Directiva 92/43/CEE, Parte I

Estados-membros	Directiva "Aves" ZPE			Directiva "Habitats" SIC propostos		
	Número de sítios	Superfície total abrangida (Km²)	% do território nacional	Número de sítios	Superfície total abrangida (Km²)	% do território nacional
Bélgica	36	4313	14,1	271	3184	10,4
Dinamarca	111	9601	22,3	194	10259	23,8
Alemanha	466	28977	8,1	3536	32151	9,0
Grécia	151	13703	10,4	239	27641	20,9
Espanha	416	78252	15,5	1276	118496	23,5
França	155	11749	2,1	1202	41300	7,5
Irlanda	109	2236	3,2	381	10000	14,2
Itália	392	23403	7,8	2330	44237	14,7
Luxemburgo	13	160	6,2	47	383	14,9
Holanda	79	10000	24,1	141	7505	18,1
Áustria	95	12353	14,7	160	8896	10,6
Portugal	47	8671	9,4	94	16500	17,9
Finlândia	452	28373	8,4	1665	47932	14,2
Suécia	436	27236	6,1	3420	60372	13,4
Reino Unido	242	14704	6,0	601	24721	10,1
Europa dos 15	3200	273731	8,6	15557	453577	14,3

Contributo dos Estados-membros para a Rede Natura 2000, até 16/10/2003

Gonçalo Ribeiro Telles

“A Paisagem é Tudo”

Gonçalo Ribeiro Telles, engenheiro agrónomo e arquitecto paisagista, ecologista desde a primeira hora, Professor Catedrático, co-fundador do Partido Popular Monárquico e do Movimento O Partido da Terra, mentor da política nacional de Ambiente e Ordenamento do Território, Secretário de Estado do Ambiente, Ministro de Estado e da Qualidade de Vida, deputado, alfacinha desassossegado e homem de bem e sapiência, é um marco incontornável do universo semântico e físico da Paisagem *tout court*.

No *atelier* do mestre Ribeiro Telles, o *Pessoas e Lugares* recebeu uma lição sobre a ausência de fronteiras entre a paisagem rural e a paisagem urbana...

O que é a paisagem?

A paisagem é tudo. É um diagnóstico de uma organização humana do território. A paisagem não é natural. É construída com elementos naturais. É do Homem, como uma casa. O Homem faz a paisagem com materiais vivos e com solo duro. É uma construção artificial, baseada nas leis da Natureza. Os seus elementos estão sujeitos à Lei da Vida. Portanto, há uma dinâmica e lógica da paisagem, da parte essencial da paisagem. Não podemos separar a paisagem e tratá-la como uma “coisa” para o turismo ou como um valor apenas de cenário.

Com que olhos as pessoas da cidade vêem o mundo rural?

O mundo urbano olha para o mundo rural de variadíssimas maneiras: uns com saudades, porque se lembram da sua terra; outros como um sítio óptimo para se passear e merendar e outros como algo que é miserável. São as três vistas urbanas. Aqueles que pensam que é miserável, vieram da miséria, recentemente, para a cidade. Renegam as origens. Os emigrantes fugiram porque se vivia muito mal nas aldeias. Foram-se embora não com saudade, mas com inveja de cá não ser como lá. As duas últimas gerações vêem a coisa de maneira totalmente diferente. Se for ao Norte, a primeira geração de emigrantes tinha que mostrar que não era miserável. As casas ostentavam luxo. Os filhos e os netos já não querem aquela casa. Hoje, ou mora lá uma tia velha, a apodrecer de reumático ou está fechada. Quando a segunda e a terceira geração regressa, volta para recuperar as casas antigas da aldeia.

Numa entrevista à revista *Visão* (14 de Agosto de 2003) referiu a existência de “uma política de desprestígio do mundo rural” por parte do mundo urbano. Há uma visão negativa do mundo rural por parte dos urbanos?

Não é uma visão das pessoas da cidade, é dos responsáveis. Senão não víamos os disparates que vão aí pelas autarquias, em termos de planeamento, com as fontes luminosas, os relvados à escocesa, etc. Estão agora a começar a destruir Guimarães, destruíram Braga, destruíram Vila Real, transformando toda a sua envolvimento e intervenção rural em espaços para construir desde moradias até blocos monstruosos.

Concretizando...

Os Governos, os responsáveis políticos, os economistas e a mentalidade urbana, influenciada pelo poder, disseram que a agricultura estava condenada no país, caso não se transformasse num sector de grandes empresas agro-industriais e de monoculturas extensivas. Esta política presidiu à florestação, para o fornecimento das empresas de celulose, tendo o fim trágico a que assistimos este Verão e que, possivelmente, irá repetir-se se não houver uma mudança de 360 graus do que se pensa que é a agricultura e a ruralidade. As universidades viram na agricultura, não uma cultura, mas uma economia. O que não quer dizer que uma cultura não tenha que ter uma base económica. Não pode ser, exclusivamente, uma economia. Tem que ter uma base cultural. Grande parte da identidade do país e da sua independência resultam da identidade cultural, tendo por factor fundamental a agricultura. A agricultura condiciona totalmente, é a matriz da paisagem total, da paisagem global.



Maria do Rosário Aranha

A política florestal está a ser um desastre. Num país mediterrânico a floresta faz parte do teatro agrícola e o teatro agrícola faz parte do teatro da floresta. Agora dizem que vão manter uns corredores agrícolas por causa dos incêndios. Mas com os corredores agrícolas, aparece população, população que eles não querem lá, porque senão tem o problema das escolas. Por que é que estão a despejar as escolas? Não há crianças. É um círculo vicioso. É provocado pelo modelo económico, que não é um modelo de desenvolvimento. Quando se fecha uma escola, a região é mandada para o “galheiro”. Não tem gente, porque puseram lá uma monocultura. A população não fica lá “a ver crescer o pau” que ainda por cima não é deles.

Faz sentido optar por um modelo de “desenvolvimento” em que mais de metade do país está despovoado?

Não faz sentido nenhum. O resultado está à vista. O mais grave é a falta até de identidade cultural do país. Uma pessoa para poder ser patriota tem que organizar-se em função do local onde nasceu, do local onde vive, do cemitério, do futuro... Estragaram isso tudo. O indivíduo fica ligado a uma empresa. Mais uma razão para as comunidades não serem urbanas, mas sim territoriais. É terra, a “nossa terra”, ninguém diz o “nosso urbano”. Isto é trágico.

Enquanto defensor da regionalização, que opinião tem dos novos modelos de organização dos municípios (Leis nº10 e nº11/2003)?

Já foram objecto de publicação em 1971, como regiões naturais e como base da regionalização do país. Eu sempre pensei que a regionalização não podia ser de grandes regiões, nem de pequeníssimas regiões, tinha que ser uma regionalização das regiões naturais do País. As regiões naturais do País, são regiões culturais e históricas, porque já têm uma relação secular entre o Homem e o Território. Todas têm nomes próprios, um nome histórico: Terras de Sousa; Terras de Basto, Terras de Santa Maria,... principalmente no Norte, onde domina a bacia hidrográfica e o vale. No Sul, as regiões formaram-se à volta dos centros militares: Évora, Beja... São regiões naturais com uma unidade quer cultural, quer geográfica, quer agrícola.

Pode resumir-se numa "identidade"?

É a nossa identidade unitária. O problema é que agora querem chamar "comunidades urbanas" a essas regiões que correspondem a unidades de planeamento. Não são urbanas. As Terras de Sousa não é uma comunidade urbana, é uma comunidade territorial, histórica, polivalente, com uma riqueza de recursos, onde não se pode desprezar a agricultura.

Mesmo assim estamos no bom caminho?

Se lhe põem o carimbo urbano, estamos em muito mau caminho. Estamos em bom caminho se aceitarmos aquela solução geográfica da região natural com identidade geográfica, cultural e histórica. Agora se é para fazer casas, se é para desprezar novamente a agricultura, estamos mal. Por que é que não havemos de ter comunidades territoriais, como "Terras de ...", onde funciona a polivalência mediterrânica.

Onde começa e onde acaba a paisagem urbana e a paisagem rural?

Não há separações, paisagem urbana e paisagem rural. Por muito que custe aos urbanistas e até às pessoas do Planeamento, essas fronteiras estão a desaparecer diariamente. A primeira causa da interligação entre o espaço rural e o espaço urbano, tem que ver com as novas tecnologias. As distâncias percorrem-se em muito menos tempo, através de um sistema de comunicação. Mais de 30 por cento das pessoas que fazem agricultura na Europa são activos agricultores. São pessoas que vivem na cidade e que tem uma actividade económica no campo, ou seja, vão três dias por semana ao campo de forma activa. Não vão fazer recreio. Por exemplo em Portugal, Bragança já está a sentir esse aspecto. Grande parte das pessoas jovens que trabalham em Bragança, estão a fazer uma transformação de paisagem muito importante. Todas as terras de centeio em torno das aldeias, a cerca de oito ou nove quilómetros de Bragança, segundo um estudo da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), estão a ser transformados em soutos, aproveitando a valorização da madeira e da castanha. Isto permite-lhes não estar permanentemente na aldeia, trabalhar na cidade e ir para o campo ao fim-de-semana. Com esta transformação de paisagem, ressurgiu também a pastorícia, que estava a morrer, pois segundo o direito consuetudinário da região os soutos podem ser pastados por quem tiver um rebanho.

Como é que definiria a paisagem rural de hoje?

A paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem. É a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem. A bio-diversidade e a forma da paisagem são importantíssimas. A paisagem é mais rica, quanto mais polivalente. A segurança é maior numa paisagem polivalente, do que numa paisagem só com uma valência. Uma polivalência é uma paisagem que tem vinho, seara, rega, pomares...

E para além da agricultura?

A polivalência não é só no sentido agrícola, mas também de actividade. Com a vida, com o desenvolvimento das técnicas e das actividades, as valências aumentaram, principalmente as valências que não eram resultantes do solo. As outras com o avanço da tecnologia cresceram muito



rapidamente num intervalo de tempo curto. Para além da terra, havia o artesanato como forma de indústria. Até ao século XIX, nota-se uma polivalência de actividades, que não há noutros países aqui no Mediterrânico, e que não há no Norte de Europa. Quando industrializamos tudo, a polivalência e a segurança desaparecem. Por exemplo, a indústria da celulose ficou dependente da competitividade com o Brasil e com Angola. Possivelmente, acabarão por plantar eucaliptos por todo o Minho. Se transportarmos isto para o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), rende muito mais do que uma cultura qualquer com agricultura. Os economistas são culpados desta mentalidade economicista em Portugal. E ainda querem reduzir a três por cento os activos agrícolas. O que corresponde a um movimento de 500 000 pessoas em direcção ao Litoral.

Hoje ainda existe dinheiro, tempo e espaço para mudar o curso das coisas?

Tem que ser, senão estamos no Terceiro Mundo. A culpa é da Universidade que, de certo modo, determina a mentalidade. A culpa é dos responsáveis, das camadas políticas superiores, que são incapazes e incultos. Por isso, a dificuldade de se trabalhar aqui em Portugal. Não creiamos que a paisagem é um cenário para vender o Euro 2004, ou um cenário de turismo. A paisagem é bela, porque é tal como a organização do Homem com as vertentes da vida. Tem que ser harmónica. É um diagnóstico. Senão caímos naquela "parvoíce" de que a única paisagem que está certa é a paisagem da floresta virgem, que não é paisagem, mas uma ocorrência natural. A paisagem quer dizer *pais*, região + *-agem*, agir, ou seja, agir sobre a região. Quem age sobre a região, é o Homem. A paisagem é uma construção humana, feita, fundamentalmente, com materiais vivos. Há cerca de 50 anos, o que era contínuo na paisagem era o sistema natural. Tudo isto era uma paisagem, onde o sistema natural dominava, e era contínuo. As cidades eram pontos nessa continuidade de espaço natural, agrícola, florestal, de pastagens ou abandonado. Hoje, é exactamente o contrário, o contínuo na paisagem é o construído, e o pontual, é o que resta de agricultura, de espaço livre, que passou a ser descontínuo. Como é que nós passamos de uma situação para outra? Estabelecendo corredores, interligados uns aos outros. Não há plano de desenvolvimento sustentável sem agricultura.

Qual é o futuro da paisagem?

O futuro da paisagem está intimamente relacionado com o nosso futuro. A paisagem não é um ordenamento, não é um bilhete postal ilustrado, não é uma fonte de receita por si própria, representa a identidade cultural do País e a natureza equilibrada de instalação da população. O futuro da paisagem está comprometido pela agricultura, a floresta, o urbanismo, por toda uma política que cria soluções temporárias de riqueza. Continuamos a viver do quotidiano e com uma imagem errada do país. Continuamos a viver do prestígio do carro, e agora que foi ultrapassado, é o prestígio de ter um lareira. Ou seja, aumentaram-se as necessidades, os valores que permitem a qualidade, mas não se aumentou a cultura. Eu não vejo mundo rural e mundo urbano, eu vejo a situação gravíssima da sociedade. Não temos uma sustentabilidade que nos garanta o futuro, nem que nos garanta a independência. O que é mais grave! Porque sem cultura, sem identidade cultural não há independência.

Entrevista de Luís Chaves (Minha Terra) e Maria do Rosário Aranha

Os Pombais do Nordeste Transmontano

Sentinelas da paisagem

No Nordeste de Portugal, na denominada Terra Fria Transmontana, concentra-se um dos núcleos mais representativos de pombais, ainda que existam alguns dispersos um pouco por todo o país. Com uma configuração inconfundível, estes pombais caracterizam-se pela sua planta circular ou semi-circular (ferradura), paredes grossas construídas em pedra, estucadas e caiadas de branco, uma única porta de entrada e saídas de voo em plano superior em geral associadas a patamares lajeados. A cobertura é em madeira, de uma água, coberto com telha ou com placas de ardósia, sendo comuns os adornos, estatuetas e pináculos. Esta concentração e similitude tipológica têm origem no facto da comunidade rural desta região ocupar um espaço ecológico muito favorável à criação de pombos, correspondente às cabeceiras das bacias do Sabor e Tua, e troço alto das Arribas do Douro. Nos planaltos e vales encaixados dessa zona, abaixo dos 900 m, nos terrenos pobres de xisto e granito, dominam, desde há muito, quatro culturas agrícolas: os cereais, a vinha, o olival e as hortas. É precisamente associado a esse cenário físico e socioeconómico que surgem, a partir de meados do século XVIII, os cerca de 1500 pombais existentes nos concelhos de Vinhais (144), Bragança (617), Vimioso (237) e Miranda do Douro (366) - segundo dados do inventário realizado pela CoraNE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste, aqui denominados como pombais tradicionais.

Situação actual

Com o êxodo rural intensificado a partir da década de 60, a população rural emigrou, desencadeando o abandono de muitas práticas agrícolas tradicionais, nomeadamente o cultivo do trigo, do centeio e da lentilha.

Os agricultores que ficaram foram progressivamente modernizando as suas explorações, mecanizando-as, reduzindo a mão-de-obra, recorrendo a agro-químicos inorgânicos importados, paralelamente a população activa envelheceu e perdeu muitas das suas anteriores funções. Face a essas mudanças drásticas os pombais viram desaparecer quase por completo a sua utilidade no contexto da economia rural.

Mais recentemente essa tendência acentuou-se com a adesão à UE e aplicação da PAC, dada a redução do cultivo cerealífero e pela introdução de novas práticas e técnicas culturais. Tal como o fluxo demográfico humano para os meios urbanos, os pombos, perante a falta de alimento e protecção dos montes e vales, passam a proliferar nas avenidas de betão.

Um outro processo decisivo para o abandono generalizado dos pombais, foi a expansão verificada na actividade cinegética após os anos 70. De facto, a “invasão” de largas centenas de caçadores, desconhecedores das tradições locais e desrespeitadores da legislação da caça, levou ao abate fácil de milhares e milhares de pombos-da-rocha.

Como consequência desses processos, centenas e centenas de pombais tradicionais deixaram de estar povoados, os trabalhos de manutenção perderam significado, houve proprietários que nunca mais voltaram aos pombais, houve pombais que nunca mais voltaram a ter dono. Muitos entraram em degradação pois apesar das paredes rudes e de construção sólida, estes têm no telhado o seu ponto fraco dado que a cobertura em madeira não resiste à intempérie sem os devidos cuidados. Cada Inverno que passa engrossa a lista de pombais em ruínas e empobrece, irremediavelmente, o património cultural desta região. Presentemente o número de pombais povoados ou alvo de manutenção/recuperação por parte dos proprietários varia muito de região para

Função

Os pombais da Terra Fria enquadravam-se na economia de montanha característica desta região, pautada por uma agricultura de subsistência com grande dependência da produção pecuária extensiva, sendo provável que originalmente estes tenham servido como um sistema complementar de produção de alimento. Nesse contexto, os pombais - pertença de agricultores ou trabalhadores rurais, não necessariamente abastados - eram dispostos em aglomerados, em geral nas encostas soalheiras e em proximidade dos núcleos urbanos, reflectindo um certo comunitarismo vivido então nas pequenas aldeias. São exemplos evidentes dessa situação muitas aldeias do concelho de Bragança (Espinhosela, Cova de Lua, São Julião de Palácios, etc.), Uva no concelho de Vimioso e Freixiosa no concelho de Miranda do Douro. Nas zonas onde a agricultura assumia ou tenha entretanto assumido uma maior relevância, nomeadamente com a campanha do trigo e com a expansão do olival (Arribas do Douro, Planalto Mirândês), os pombais passaram a ter como função principal a produção de estrume “pombinho”, sendo construídos no interior das parcelas cultivadas e distribuindo-se assim de forma mais dispersa pela paisagem (Ifanes, Palaçoulo, Sendim, Algoselo, Argoselo, Vimioso). Esse padrão de distribuição assemelha-se muito à situação típica dos concelhos da Terra Quente Transmontana (Freixo de Espada à Cinta e V. N. Foz Côa) onde a olivicultura e viticultura têm forte expressão.

Para além da produção pecuária, muitos dos pombais do Nordeste Transmontano serviram para ostentar sinais “exteriores” de poder e riqueza, representando a posição social dos proprietários (famílias nobres ou abastadas, clero...). Noutros casos evidenciavam preocupações estéticas e decorativas por parte da população rural, num certo culto ao pombo, uma vez que este animal sempre foi um símbolo da paz, da pureza, da fidelidade e do divino. Desta forma foram construídas verdadeiras obras de arte da arquitectura vernácula, que foram povoadas e mantidas, de forma briosa e em perfeitas condições, até aos dias de hoje. São ainda muitos os agricultores que por tradição ou herança mantêm essa prática viva.

A riqueza em termos arquitectónicos, a sua presença emblemática na paisagem e a beleza dos bandos de pombas flutuando permanentemente sobre o céu das aldeias, tornaram-nos parte integrante do património cultural desta região, e quiçá a sua presença na memória colectiva seja uma das suas principais funções para a sociedade moderna.



CoraNE



região, sendo reflexo dos diferentes contextos socioeconómicos e culturais. Na Terra Fria Transmontana, onde a tradição da criação do pombo sempre teve mais raízes e com mais carinho se guardou até aos nossos dias, subsiste um maior número de pombais povoados, talvez na ordem de 20%. São ainda algumas as famílias de raízes rurais que preservam este património de forma religiosa dado o seu valor sentimental e as recordações ainda vivas: “o pombal que o avô construiu...”, “no tempo dos avós viviam mais de cem pombas no pombal...”. Noutros casos os pombais subsistem povoados por se encontrarem próximos às arribas sendo esse repovoamento feito de forma natural e sem qualquer interferência do Homem.

Perspectivas futuras

Mais recentemente tem havido uma maior preocupação na manutenção e povoamento, que resulta de um certo retorno à terra por parte de reformados e dos denominados “neo-rurais”. Por outro lado o impacto da caça tem vindo a diminuir à medida que se implementaram processos de ordenamento cinegético, e também por uma maior sensibilização dos caçadores. Refira-se que existem instrumentos legais que protegem estas aves e os pombais, nomeadamente a Portaria n.º 736/2001 de 17 de Junho, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas estabelece que em grande parte do território nacional o Pombo-da-rocha não pode ser caçado, e a lei geral da caça define um círculo de 250 m de raio em redor dos pombais como área de não caça.

Também o facto de na sociedade portuguesa estar a crescer um sentimento de valorização estética e vontade de preservar certos ícones do mundo rural, poderá apontar para que o ponto de viragem

na conservação dos pombais esteja a chegar. Lembremo-nos que as diferentes valências que os pombais apresentam em termos paisagísticos, arquitectónicos, ecológicos, agrícolas, e socioeconómicos, lhe conferem uma forte apetência para a revitalização por parte de distintos agentes interessados, nomeadamente organismos e privados. Por um lado, na vertente de preservação da herança cultural surgem, com mais interesse, o estudo, a preservação e a divulgação dos aspectos arquitectónicos e paisagísticos, incluindo a musealização de alguns dos núcleos mais relevantes e a organização de visitas para a população escolar. Por outro, o usufruto socioeconómico das potencialidades turísticas e produtivas do pombal. Nessa perspectiva o turismo assume excelentes oportunidades pois os pombais são sem sombra de dúvida uma imagem de marca da região nordestina. Deste modo existe uma carência óbvia no estabelecimento de rotas de pombais ou percursos interpretativos, devidamente preparadas para atrair, receber e informar os turistas que rumam a estas paragens. A realização de eventos gastronómicos e valorização da restauração tradicional, a própria reconversão de pombais em unidades de Turismo em Espaço Rural, são oportunidades a explorar.

Em suma, os desafios da modernidade parecem ser promissores para todo aqueles que acreditam no mundo rural e querem continuar a ver estas discretas sentinelas dos nossos campos como que guardando o segredo da sustentabilidade que outrora os nossos antepassados sabiamente conseguiram alcançar.

António Monteiro, Biólogo do Parque Natural do Douro Internacional
Elsa Fernandes, Bióloga da PALOMBAR - Associação de Proprietários de Pombais Tradicionais do Nordeste

Maneio tradicional

O sistema tradicional de produção, quer de carne quer de estrume, nestes pombais, constitui um dos aspectos mais peculiares no pequeno mundo que rodeia estas pequenas e toscas jóias arquitectónicas. Este não se enquadra nos processos convencionais de criação, pois a espécie “explorada” encontra-se em estado selvagem sem que o Homem a tenha privado do voo ao contrário do que aconteceu com muitas outras aves domésticas. O Pombo-da-rocha, também conhecido como pombo bravo, outrora muito comum nesta região, tem como *habitat* de nidificação as escarpas rochosas existentes nos vales do Douro e afluentes. Os pombais tradicionais aproveitaram a proximidade geográfica com esses núcleos silvestres para assegurar o seu repovoamento por esta espécie. Nesse contexto os pombos são atraídos através da disponibilização de alimento no seu telhado e no seu interior, e a sua curiosidade acabam por entrar e encontrar nas grossas e altas paredes em pedra, fendas, orifícios e prateleiras que garantem refúgio seguro contra predadores e intempéries e recriam o seu habitat. Por sua vez a utilização do pombal atrai outros indivíduos selvagens, inclusive outras espécies silvestres como é o caso do Estorninho-preto e o pardal. A população assilvestrada que aí passa a pernoitar e nidificar é permanentemente atraída com alimento, depositado regularmente ou no período de maior carência que corresponde ao Inverno.

O sucesso deste sistema de produção e sua disseminação pela paisagem rural residiu no facto dos pombos serem criados de forma extensiva, aproveitando assim os recursos alimentares existentes no campo, como sementes de plantas silvestres e cultivadas, sem trazer grandes encargos ao proprietário e permitindo obter grande produção devido ao carácter prolífico e rústico desta ave. No caso do estrume a produção era recolhida uma vez por ano depois do Inverno ou princípios de Primavera, e no caso dos “borrachos”, ao longo da Primavera e Verão. Era hábito comum nos pombais povoados por estorninhos fazer uma “safra” durante o Inverno, esta operação decorria durante a noite sendo previamente obstruídas as saídas de voo. Com determinação e rapidez vários homens introduziam-se no seu interior e empoleiravam-se pelas paredes apanhando as aves uma a uma. Parte dos pombos era devolvida ao pombal, e a outra juntamente com os estorninhos destinava-se à alimentação, nomeadamente para confecção de alheiras.

Acções desenvolvidas

Esse panorama negativo despertou a opinião pública local, especialmente a partir de meados dos anos 90, e fez com que algumas entidades responsáveis pela preservação deste tipo de património promovessem medidas de estudo e conservação. O Instituto da Conservação da Natureza, através do Parque Natural do Douro Internacional, iniciou um projecto pioneiro de recuperação de pombais, motivado pela possibilidade de valorizar a paisagem característica desta Área Protegida e contribuir para melhorar os recursos alimentares de diversas aves de rapina em risco de extinção. Foram assim recuperados entre 1997 e 1998 os primeiros 25 pombais, tendo esta iniciativa recebido o Prémio Henry Ford e assegurado alguma mediatização deste tema. Nos anos seguintes as ADL CoraNE, Douro Superior, Raia Histórica, e ProRaia, participaram em parceria num projecto de revitalização de pombais tradicionais, apoiado pelo Programa LEADER II, que envolveu um investimento de cerca de 5.600 €, tendo sido recuperados 70 pombais dentro do PNDI. Entre 2000 e 2001 a CoraNE organizou o primeiro inventário e estudo aprofundado de caracterização arquitectónica e funcional dos pombais nos concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, e a então recém criada PALOMBAR – Associação de Proprietários de Pombais Tradicionais do Nordeste iniciou também o inventário nos restantes concelhos dos distritos de Bragança e Guarda. Partindo daí surgiram mais iniciativas de restauro e reabilitação de pombais através de campos de trabalho com voluntários estrangeiros que contaram com o apoio do Parque Arqueológico do Vale do Côa e de diversas autarquias. Entretanto alguns foram os proprietários que por sua mão asseguraram as necessárias obras e repovoamento. Recentemente a CoraNE apresentou, pela segunda vez, em conjunto com a PALOMBAR, Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Douro Internacional, e as associações espanholas Adripalomares, After e ADATA e algumas mancomunidades, uma candidatura ao Programa INTERREG III A, cuja aprovação, a acontecer, poderá ser um sinal de esperança em termos de revitalização socioeconómica e promoção turística deste património

A multifuncionalidade da paisagem rural

Que desafio para o futuro?

Ao mesmo tempo que o carácter de cada paisagem se vai desvanecendo, vai aumentando o interesse e procura da paisagem rural, por outros utilizadores que não a comunidade que nela vive ou viveu. É neste contexto que se fala hoje de *multifuncionalidade* da paisagem rural, porque dela cada vez mais se esperam várias funções: produção, não só em quantidade mas também de qualidade, preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, manutenção da identidade e património cultural, recreio e turismo, qualidade de vida.

Em Portugal a paisagem rural oferece uma extraordinária riqueza e diversidade. Esta diversidade deve-se a uma enorme variedade de condições naturais (apesar da relativa pequena dimensão do território), que foram sendo aproveitadas e adaptadas por uma longa e específica acção humana, esbatendo certos contrastes no território e realçando outros, e resultando na actualidade num mosaico cultural de extrema diversidade. Assim, à escala local, cada paisagem é única e reflecte tanto a história natural como cultural de um território, fazendo parte integrante da identidade das comunidades que nela vivem. E fazendo o seu conjunto parte integrante da identidade nacional.

Este papel da paisagem na identidade e na qualidade de vida das populações é hoje reconhecido e defendido através de vários documentos estratégicos internacionais, dos quais se destaca a Convenção Europeia da Paisagem, proposta pelo Congresso das Autoridades Regionais e Locais do Conselho da Europa e aprovada em 2000. A Convenção tem como objectivo tanto a criação de instrumentos que permitam melhor conhecer e gerir as paisagens, numa perspectiva integrada, mas também o desenvolvimento da consciência dos vários actores e utilizadores da paisagem quanto à sua importância, as suas fragilidades e potencialidades, e a atenção necessária à preservação da sua qualidade.

Na paisagem rural, o principal factor de transformação pelo Homem tem sido ao longo do tempo a agricultura. Em cada região desenvolveram-se sistemas agrícolas específicos, aproveitando as condições naturais e adaptados às restrições por elas impostas. A agricultura foi-se sempre modificando, mas mantendo-se numa relação próxima e fechada com a comunidade que dela vivia e com o território utilizado. Assim, até há recentemente, a identidade de cada comunidade prendia-se, por um lado, com a actividade agrícola desenvolvida e as suas características próprias, mas também com o território onde ela se desenvolvia e a paisagem daí resultante. E cada paisagem rural mantinha-se também assim única, com um carácter próprio e facilmente reconhecido.

Nas últimas décadas vários factores levaram à transformação acelerada do sector agrícola e também a mudanças cada vez mais marcantes das sociedades rurais. Para além da globalização de modelos e valores e da transformação das sociedades, também o progresso tecnológico em várias

frentes (factores de produção, transportes e comunicações, entre outros) levaram a que se mudassem práticas e vivências. A agricultura registou processos de especialização, concentração, intensificação, extensificação, abandono, etc. E também a relação próxima e de dependência entre esta actividade, o território e os seus habitantes se foi desvanecendo. Deste modo, as características que asseguravam o carácter de uma determinada paisagem foram desaparecendo progressivamente, numa tendência geral para a simplificação e homogeneização das paisagens e para a perda das suas características intrínsecas.

A mudança na paisagem, por diferentes causas, é um processo natural, visto que a paisagem é um sistema dinâmico onde interagem tanto factores naturais como culturais. Mas as alterações no sentido da homogeneização começaram há algumas décadas e continuam hoje em cada paisagem local, sem que sobre elas se faça a necessária reflexão. O que parece especialmente absurdo porque, ao mesmo tempo que o carácter de cada paisagem se vai desvanecendo, vai aumentando o interesse e procura da paisagem rural, por outros utilizadores que não a comunidade que nela vive ou viveu. É neste contexto que se fala hoje de *multifuncionalidade* da paisagem rural, porque dela cada vez mais se esperam várias funções: produção, não só em quantidade mas também de qualidade, preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, manutenção da identidade e património cultural, recreio e turismo, qualidade de vida. E a estas funções se associam vários actores e utilizadores: os proprietários e agricultores, tanto os locais como novos, os caçadores e pescadores, os visitantes e turistas, os habitantes, tanto os de longa data como os recentes que procuram outra qualidade ou tipo de vida, os que foram habitantes e que se mudaram, mas que se identificam com a paisagem da sua infância, aqueles que desenvolvem actividades económicas com base na paisagem (turismo, recreio, etc.), amantes e defensores da natureza e do ambiente, os técnicos e decisores, e eventualmente muitos outros. Não se pode assim esperar que o carácter de cada paisagem rural continue a depender exclusivamente da agricultura ou da comunidade que nela vive. Essa é uma situação do passado, que deixou marcas profundas que devem ser respeitadas, mas que tem que evoluir com base nas novas relações funcionais que se estabelecem hoje. A verdadeira inovação e capacidade de resistência ao processo de globalização provêm mais provavelmente da procura consciente de um novo carácter, que integre a herança do passado com a procura de várias funções no presente e as expectativas em relação ao futuro. Neste processo de redefinição da funcionalidade e padrão de cada paisagem, todos os actores e utilizadores, sobretudo localmente, devem ser envolvidos, de forma a desenvolver um processo que tome de facto em consideração várias alternativas e que chegue a soluções o mais integradoras possível. Sem esse envolvimento e debate consciente, ao nível local, corre-se seriamente o risco de que a paisagem na maior parte dos casos continue a modificar-se progressivamente no sentido da simplificação e perda de carácter. E mesmo as várias estratégias internacionais, ou os instrumentos criados para a salvaguarda de dos aspectos cénicos de certas paisagens, ou de determinada componente do sistema agrícola, ou determinado *habitat*, não conseguirão evitar essa tendência.



Paula Matos dos Santos

Teresa Pinto-Correia
Departamento Planeamento Biofísico e Paisagístico
Universidade de Évora



Terra Fria Transmontana

“Nove meses de Inverno e três de Inferno”. O frio gélido de Inverno e o calor abrasador no Verão marcam o território da Corane. Paisagem de fim de linha, estreitada de encontro à fronteira e marcada pelo isolamento e desertificação populacional.

Bragança, Miranda do Douro, Vinhais e Vimioso - quatro dos 12 concelhos do distrito de Bragança -, constituem o território da Zona de Intervenção da CoraNE – Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste. Um total de 114 freguesias que se estendem ao longo de 2 835,6 km², na NUT III, “Alto Trás-os-Montes”.

Quatro concelhos que têm como “denominador comum o clima, com temperaturas muitas baixas no longo Inverno e muito quentes de Verão”, revela Francisco Leonel Vaz, coordenador da Equipa Técnica Local (ETL) da CoraNE.

Apesar do Inverno prolongado, a precipitação do distrito de Bragança regista valores anuais mais baixos do que no Noroeste de Portugal, devido à barreira de condensação constituída pelas serras do Gerês, Alvão e Marão. O maior nível de secura atinge os concelhos do leste da bacia do Douro, com um total de precipitação anual próximo dos 500 mm (500 litros/m²). Ao nível da geomorfologia a identidade é menor. O território divide-se em três sub-regiões: a montanha (Vinhais e Bragança), uma zona de transição (norte de Vimioso) e o Planalto Mirandês (Miranda do Douro e sul de Vimioso).

Um território inóspito, de orografia acidentada, o que dificulta os acessos na região. Aliás, uma das problemáticas que mais atinge o território é o isolamento derivado dos deficientes acessos entre as sedes de concelho. De acordo com Francisco Leonel Vaz, “é mais fácil ir de Bragança a Miranda do Douro por Espanha do que por Portugal”. Ainda em relação a estas dificuldades, o coordenador da CoraNE cita o exemplo das

localidades de Argozelo e Coelhooso, “separadas por 6 km, mas que para fazer o percurso de carro é necessário fazer mais de 50 km, porque tem de se ir a Bragança”.

O isolamento, afastamento dos centros de decisão e as dificuldades de acessos têm sido motivos condutores a um acentuado défice populacional. Os quatro concelhos somam 58 736 habitantes, correspondentes a uma densidade populacional de 20,7 habitantes por km². Uma percentagem que traduz as variações populacionais de um território onde o concelho de Bragança é um oásis com uma densidade populacional de 29,6 habitantes por km², em contraste com os 11,1/km² de Vimioso ou os 15,3/km² de Vinhais.

Um défice populacional reflexo das quebras numa região predominantemente rural. Nas últimas quatro décadas, o distrito de Bragança teve uma considerável perda de peso da população do distrito na população do país, que passou de 2,6 por cento em 1960, para 1,44 por cento em 2001. Durante este período, enquanto a população portuguesa cresceu 15,1 por cento, o distrito perdeu 36,2 por cento do efectivo populacional. Neste período, todos os concelhos do distrito perderam população, e três dos quatro concelhos do território da CoraNE (Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais) perderam cerca de metade dos seus habitantes. Em 2001, a região continuou a apresentar valores negativos (-0,57%), o que levou a que o distrito descesse, pela primeira vez, abaixo dos 150 mil habitantes.

Francisco Leonel Vaz considera “difícil inverter a lógica de desertificação”, mas acredita que “a revitalização demográfica passa pelo desenvolvimento económico e investimento na criação de emprego”. Actualmente, a estrutura empresarial da região é marcada pela forte presença de micro e pequenas empresas. Em 1999, 90 por cento dos estabelecimentos tinham menos de 10 trabalhadores e apenas 0,2 por cento tinham mais de 100.

Ainda de acordo com dados de 1991, a análise comparativa da estrutura sectorial da população empregada em Portugal, na Região Norte e no distrito de Bragança, deixava perceber o elevado peso do sector primário (37%), em relação aos valores da região Norte e do país (11%). Pelo

contrário, o sector secundário do distrito registava valores baixos (17%), comparativamente com o país (38%) e Região Norte (49%). Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes ao ano de 1991, indicavam que apesar dos 5 518 activos inscritos nos centros de emprego, o rácio de desemprego corrigido em percentagem da região era de 3,85 por cento, um pouco abaixo da média do país (4%), valores que representavam 1,8 por cento do total de desempregados de Portugal.

Ensino médio superior ao nível da região Norte

No domínio da educação, a comparação de dados de acesso ao ensino entre 1991 e 2001, relativos ao distrito de Bragança, permite concluir que o distrito apresenta uma percentagem mais elevada na categoria “nenhum nível de ensino” (18 %) em comparação com a taxa do país (14 %), e acentuou a distância ao nível do ensino secundário (2º ciclo do ensino básico), em que apresenta um valor de 20 por cento, em contraste com os 27 por cento do país.

No entanto, os valores correspondentes ao 1º ciclo do ensino básico ultrapassam o continente (40% e 35%, respectivamente), enquanto no “ensino médio superior” esbateram-se as diferenças assinaladas em 1991, com o distrito a atingir o mesmo nível da Região Norte (9 %), apenas dois pontos percentuais abaixo dos valores nacionais.

Também os dados referentes aos estabelecimentos de ensino segundo o nível de ensino tiveram uma evolução semelhante aos números de alunos matriculados. Verificou-se uma forte diminuição do número de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, bem como dos graus de ensino “2º, 3º Ciclos e Secundário”. Por outro lado, a oferta do ensino superior aumentou consideravelmente. Na actualidade, Bragança tem quatro estabelecimentos de ensino superior público – integrados no Instituto Politécnico –, e um de ensino privado. Também Miranda do Douro tem um estabelecimento de ensino superior público (pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). No domínio das potencialidades, o património ambiental e cultural do território da CoraNE encerra inúmeras possibilidades na área do turismo. A Terra Fria engloba dois parques naturais: Parque Natural de Montesinho (PNM) e Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), nos quais se pode encontrar uma grande diversidade de vegetação – sardoais, carvalhais, bosques ripícolas, giestais, urzais, estevais e lameiros –, e de espécies animais. Só no PNM encontram-se 48 espécies de mamíferos, o que corresponde a cerca de 70 por cento dos mamíferos terrestres em Portugal e a 26 por cento de todas as espécies da Europa, algumas das quais ameaçadas, como o lobo ibérico, toirão, marta, lontra, gato bravo, raposa, toupeira-de-água ou rato-dos-lameiros. É ainda possível encontrar 155 espécies de aves, das quais 126 são nidificantes. Entre elas a Petinha-ribeirinha (cujo único casal nidificante no nosso país se situa no planalto da Serra de Montesinho), ou ainda três casais confirmados de águia real, além da cegonha preta, grifo, águia de bonneli, milhafre-real e abutre do Egipto.

Zona de Intervenção LEADER+



No plano cultural, destaca-se a singular Cidadela do Castelo de Bragança, que engloba a Torre de Menagem, Torre da Princesa, *Domus Municipalis*, Igreja de Santa Maria e Pelourinho, aos quais é necessário adicionar a Sé Catedral de Miranda do Douro, o Castro de Aldeia Nova, Castelo de Vinhais, ou Igreja Matriz de Vimioso, excelentes exemplos da riqueza do património edificado.

Razões bastantes para justificar uma visita à “Terra Fria Transmontana”, mas que têm ainda complemento no património cultural ímpar da região, marcado pela cultura mirandesa, com os seus gaiteiros e pauliteiros, mas também pelas festas dos rapazes, de Santo Estêvão, Ano Novo ou dos Reis, que se reportam às antigas festas solsticiais. Além da notável riqueza gastronómica patente na posta mirandesa ou nas trutas do Tuela, bem como no afamado fumeiro, com os seus salpicões, alheiras, butelo ou chouriças, que podem ser encontrados na anual Feira do Fumeiro de Vinhais.

João Limão



CORANE

Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina



Constituída em Julho de 1995, a CoraNE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina resultou da necessidade de existência de uma associa-

ção para formular a candidatura ao LEADER II para os concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vinhais e Vimioso. A ideia nasce quando duas associações locais (Nordinova - Associação para a Inovação e Transferência do Nordeste Transmontano e Montecor - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Integrantes de Montesinho e Coroa) decidem associar-se à Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana e Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano com o objectivo de criar uma associação que tivesse representatividade institucional e capacidade técnica para planear e definir diagnósticos e estratégias de desenvolvimento integrado nos concelhos da Raia Nordestina.

Na mira estava naturalmente o Programa LEADER II, mas a CoraNE assume-se, desde logo, como um espaço de discussão e definição de estratégias, actuando no campo da dinamização e concretização de acções e projectos de desenvolvimento integrado da região com particular incidência das zonas rurais.

Envolvendo um elevado número de entidades locais, dado que os associados das instituições promotoras passam automaticamente a integrar a CoraNE, esta associação definiu "a promoção, apoio e realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos concelhos que integram a sua área de actuação (...), tendo em vista o seu desenvolvimento integrado" como objectivo principal.

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* António Jorge Nunes (presidente da Câmara Municipal de Bragança) em representação da Associação de Municípios da Terra Fria | *Secretário* José Baptista Rodrigues (presidente da Câmara Municipal de Vimioso) em representação da Associação de Municípios da Terra Fria | *Secretário* Alfredo Jorge Teixeira (professor do Instituto Politécnico de Bragança) em representação da Nordinova | **Conselho de Administração:** *Presidente* Manuel Rodrigo Martins (presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro) em representação da Associação de Municípios da Terra Fria | *Vice-presidente* José Carlos Taveira (presidente da Câmara Municipal de Vinhais) em representação da Montecor | *Vice-presidente* Manuel Joaquim Miranda Fernandes Gonçalves (presidente da Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho) em representação da Nordinova | **Conselho Fiscal:** *Presidente* António dos Santos Pires Afonso (presidente da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano) | *Vogal* Jorge Manuel Martins Dias (director do Parque Natural de Montesinho) em representação da Montecor | *Vogal* José Manuel Rodrigues (vice-presidente da Câmara Municipal de Vinhais) em representação da Associação de Municípios da Terra Fria

Associados/Parceria LEADER+ (GAL):

Associação de Municípios da Terra Fria; Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano; Nordinova - Associação para a Inovação e Transferência do Nordeste Transmontano; Montecor - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Integrantes de Montesinho e Coroa

Entre 1995 e 2001, além da gestão do LEADER II, a CoraNE foi também responsável pela implementação de dois Centros Rurais (Montesinho e Planalto Mirandês) e encetou o processo de qualificação como Agência de Desenvolvimento no âmbito do projecto IQADE - Programa de Qualificação de Agências de Desenvolvimento.

Estabelecer parcerias com as várias entidades locais, públicas e privadas, e associações congéneres (portuguesas e espanholas) de forma a conseguir uma união de esforços e estratégias de desenvolvimento, é a estratégia defendida desde a primeira hora. Quer através do LEADER, quer dos Centros Rurais, é neste sentido que a equipa técnica desta associação se posiciona. Uma equipa constituída por seis técnicos que encontram na associação um espaço para "crescer" pessoal e profissionalmente. Tanto assim que de lá para cá a equipa quase não sofreu quaisquer alterações. Bastante satisfeitos com o trabalho desenvolvido e motivados q.b., os técnicos dividem-se, neste momento, entre a gestão do Programa LEADER+, dois Núcleos Rurais - Trás da Serra e Raia (Medida 7.1 do AGRIS) e alguns projectos de cooperação, designadamente no âmbito LEADER+ (na continuidade do trabalho desenvolvido na fase anterior do Programa) e ACVER - Associação Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais.

CORANE
R. Padre António Vieira
Edifício do GAT
Apartado 1015
5300 Bragança
Telefone: 273 332925
Fax: 273 328281
E-mail: terrafria@corane.pt

PDL LEADER+

Valorizar os produtos locais

No âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, a CoraNE traçou um Plano de Desenvolvimento Local (PDL) assente na promoção e valorização dos recursos endógenos e o aumento de competitividade das pequenas e médias empresas do meio rural (ou a ele ligadas), bem como das pequenas explorações agrícolas.

Tendo como tema federador a "Valorização dos Produtos Locais", a estratégia para o desenvolvimento da Terra Fria do Nordeste Transmontano passa pela promoção das potencialidades e do que de bom a região possui e possa constituir factor de desenvolvimento, a valorização dos recursos endógenos numa óptica de criação de riqueza e bem-estar, e o aumento da competitividade das PME e micro-empresas e das pequenas explorações agrícolas, de forma a potenciar a rentabilização dos recursos.

Construído com base na experiência acumulada na implementação do LEADER II, cuja estratégia de desenvolvimento passou também pela dinamização económica através da complementaridade das diversas actividades rurais, da pluriactividade, de valorização e comercialização dos produtos locais de qualidade, o PDL da CoraNE propõe um conjunto

de medidas/submedidas/acções que têm por objectivo último a fixação das populações dos meios rurais e a criação de condições de bem-estar económico e social.

Na Medida 1 (Investimentos) sobressaem projectos de apoio a actividades produtivas (através da criação e adaptação de unidades produtivas de pequena dimensão) e infra-estruturas colectivas de interesse social, cultural e económico.

Na Medida 2, para além de acções de formação profissional, a associação prevê um conjunto de acções de promoção da Terra Fria (através da organização e/ou apoio de actividades e eventos), valorização dos recursos locais, sensibilização e defesa ambiental, culturais e desportivas de âmbito regional, demonstração de projectos inovadores e estudos e publicações. Em números, o investimento total do PDL da CoraNE ronda os cinco milhões de euros (4 851 698,00 euros).

Segundo dados da associação, até 27 de Janeiro último, foram aprovados 58 projectos, 33 dos quais na Medida 1 (20 na Submedida 1.1, 12 na Submedida 1.2 e um na Submedida 1.3) e 25 na Medida 2 (Submedida 2.2).

Equipa Técnica do GAL



Francisco Leonel Vaz
Coordenador

Natural de Bragança (Quintanilha), Francisco Leonel Vaz, 49 anos, está na CoraNE desde a sua criação; inicialmente a meio tempo, através de uma prestação de serviços na área da contabilidade, depois de forma mais permanente, assumindo as funções de coordenador da associação. Licenciado em Ciências Empresariais (ISLA), com uma pós-graduação em Contabilidade e Auditoria (Universidade do Minho), matriculou-se recentemente no mestrado em Desenvolvimento Local (UTAD). Acerca do LEADER diz que "aquilo que tem de melhor e que o distingue dos outros programas é a proximidade com os promotores".



Francisco Torrão Pires
Técnico

Francisco Torrão Pires nasceu há 35 anos em Vale de Frades, concelho de Vimioso. Licenciado em Engenharia Agrícola (Instituto Politécnico de Bragança), chega à CoraNE a tempo de colaborar na elaboração do PAL LEADER II e Centros Rurais. Hoje, dedica-se exclusivamente ao LEADER+, acompanhando os projectos, da intenção de candidatura aos pedidos de pagamento. "Bastante optimista", defende que "o trabalho que a associação tem vindo a fazer está a ser reconhecido e que isso vai continuar a acontecer no futuro".



Luísa Maria Pires
Técnica

Licenciada em Engenharia Zootécnica, Luísa Maria Pires, 38 anos, entra na CoraNE em 1997 para o IQADE (Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento). Seguem-se os Centros Rurais e o LEADER II. Neste momento, acompanha os projectos LEADER+ e Medida 7.1 do AGRIS. Ainda que admita algumas dificuldades no início, Luísa Maria Pires afirma que "à medida que as pessoas foram ganhando confiança em nós", o trabalho tornou-se mais fácil e interessante. "Hoje, as pessoas procuram-nos, reconhecem o nosso trabalho".



Maria Manuela Morais
Técnica

Maria Manuela Morais, 35 anos, bacharel em Gestão Agrícola (Instituto Politécnico de Bragança), está na CoraNE desde 1999. Acompanha os Centros Rurais e LEADER II. Actualmente, através do LEADER+ e Medida 7.1 do AGRIS, Maria Manuela Morais dá continuidade a esse trabalho. Confessa que gosta de tudo o que faz na associação mas admite "um carinho especial pelos Núcleos Rurais (AGRIS) e algumas cooperações", entre as quais destaca a cooperação com Cabo Verde no âmbito da ACVER. "Estive um mês no Tarrafal e adorei a experiência".



Cesário Luís Nobre Santiago
Técnico

Na CoraNE desde 2001, Cesário Luís Nobre Santiago, natural de Sandim (Miranda do Douro), assume actualmente funções na área da contabilidade, acompanhando sobretudo os projectos LEADER+ e AGRIS a nível de pedidos de pagamento. Engenheiro Agrónomo de formação sente um gosto e interesse muito especial por esta área, pensando por isso inscrever-se na licenciatura em Contabilidade no Instituto Politécnico de Bragança muito brevemente.



Ema Fátima Ribeiro
Administrativa

Ema Fátima Ribeiro nasceu há 43 anos no Porto mas vive desde os 36 em Bragança. Procurando um emprego a tempo inteiro, não hesitou quando surgiu a oportunidade de integrar a equipa da CoraNE. Ainda que não tenha nascido no meio rural, afirma-se muito motivada com as funções que desempenha na associação. "Adoro fazer coisas diferentes e por isso adapto-me muito bem seja ao que for. Costumo dizer que tenho um currículo académico muito pequenino, porque comecei a trabalhar muito novo, mas um currículo de vida muito rico".

Textos de Paula Matos dos Santos

Um fim-de-semana... na Terra Fria Transmontana

O voo da águia

A linha de defesa da fronteira do Nordeste, construída para garantir a soberania do Reino de Portugal, era constituída por um conjunto de povoações fortificadas, de castelos roqueiros e de atalaias. Entre Vinhais e Miranda do Douro, estes testemunhos são a âncora estruturante de uma rota turística – a Rota dos Castelos da Terra Fria Transmontana. Mas, mais do que a descoberta do importante conjunto patrimonial que proporciona, ela vale pela perspectiva paisagística. Situados nos pontos mais altos, os castelos e as atalaias permitem a fruição da magnífica paisagem transmontana. Como se de uma águia se tratasse, os nossos olhos sobrevoam planaltos, vales extensos, linhas de água, num permanente deslumbramento.

A cidade de Bragança, capital do Nordeste, é um importante pólo cultural e turístico. O significativo património arquitectónico, em que pontuam o Castelo Cidadela, com a sua imponente Torre de Menagem mandada construir por D. João I, e o *Domus Municipalis*, exemplar único da arquitectura românica civil, convive numa harmoniosa ligação com a actual dinâmica arquitectónica, expressa na requalificação de toda a zona ribeirinha e na expansão urbana das novas avenidas. Detentora de um significativo parque hoteleiro, de um Museu de referência - o Museu Abade de Baçal, de um moderno Teatro Municipal e de uma expressiva vida nocturna, Bragança é a sede ideal para um fim-de-semana de eleição.

Partindo de Bragança a caminho de Miranda do Douro, deparamos com a povoação de Outeiro. A primeira surpresa para o visitante é a imponente Igreja de Santo Cristo, um templo barroco que domina o pequeno burgo. Se tivermos acesso ao seu interior poderemos contemplar entre outras peças, um riquíssimo tecto de caixotões pintados, atribuído a mestre Damião Bustamante. Subindo ao castelo, encontramos um conjunto de panos de muralha muito arruinado, que apenas permite referenciar o perímetro da fortificação. Mas os olhos depressa se desprendem das pedras do castelo. Perdidos por largos horizontes, os nossos olhos sobrevoam a paisagem entre campos, florestas, vales e córregos. Apetece ficar ali, tempos sem fim, na descoberta desse “mundo maravilhoso” de que falava Torga.

Vimioso é a etapa seguinte a que acedemos através do vale do rio Maçãs, com as suas imponentes ravinas de xisto. Percorrer as ruas seculares da vila, deter-se na Igreja Matriz de S. Vicente, seiscentista, é obrigatório. Como obrigatório é descobrir, no Bairro da Atalaia, perdida no meio de um cabeço rochoso, uma original torre circular de atalaia. Uma originalidade em termos arquitectónicos e uma oportunidade de continuar a perscrutar a magnífica paisagem. Dali a Algosos são alguns quilómetros, mas indispensáveis para subir ao velho Castelo e aí nos surpreendermos com a mais impressionante visão do vale do rio Angueira.

Miranda do Douro fica perto. Desviar-se por Vale de Algosos e Uva permite contemplar, nesta última povoação, a maior concentração de pombais da região. Miranda permite visitar a cerca muralhada, as ruínas do Castelo, a Sé Catedral com o seu Menino Jesus da Cartolinha, os numerosos vestígios de construções manuelinas. Ali aos pés o rio Douro, nas suas margens

abruptas de xisto. Miranda merece muitas abordagens, mas não deve ser esquecido um cruzeiro às arribas do Douro devidamente enquadrado por guias ambientais. E não podemos esquecer que este é um dos locais privilegiados para abordar a riquíssima gastronomia da região. Uma posta mirandesa, saboreada com tempo e dedicação é uma experiência única de sabores autênticos.

As noites, em Trás-os-Montes, são longas e frias. Mas não há como adormecer no silêncio de noites límpidas e povoadas de estrelas. E acordar logo ao amanhecer para usufruir da luz e dos aromas de uma natureza a despertar.

De Bragança a Quintanilha, pelo moderno traçado do IP4 é um instante. O antigo posto fronteiriço, agora em ruína, aguarda um projecto de recuperação que o transforme numa unidade de alojamento turístico. Mesmo ao lado, merece visita a Capela de Nossa Senhora da Ribeira, honrada pela visita de Isabel de Aragão, mais tarde a Rainha Santa Isabel, quando da sua entrada em Portugal para se casar com D. Dinis. De Quintanilha, internando-se pela “Lombada” e tomando o percurso de Montesinho, entramos num dos mais ricos enquadramentos ambientais do país, aliando zonas virgens a belíssimos lameiros e pastagens. Uma natureza única e ainda virgem, uma benesse retemperadora para o stress do dia a dia o que o Parque Natural de Montesinho proporciona.

Depois, já em Vinhais, há que procurar a velha cerca de muralhas do século XIII, hoje em acentuada ruína e perdida por entre um emaranhado de casas construídas em épocas posteriores. Mas Vinhais tem o testemunho da sua antiga riqueza nas numerosas casas senhoriais brasonadas e orgulha-se dos seus valores. Intitula-se a “capital do fumeiro” e qualquer visitante não deve abandoná-la sem provar o célebre “Salpicão de Vinhais”. Mas, se quiser uma abordagem mais substancial, pode deliciar-se com uma sopa de “cuscos” ou com um guisado de “cascas”. Originalidades de uma gastronomia rural, servida por produtos locais, de um sabor incedível.

No fundo, os castelos da Terra Fria Transmontana são só um pretexto. Que nos permite percorrer o território e descobrir as razões desse “mundo maravilhoso”, construído pela grandeza da natureza, pela força indómita de gerações e pela tranquila sabedoria de gentes que vivem a vida com a simplicidade dos justos.

Francisco Botelho



para dormir

Casa dos Pimentéis *
5230 Vale de Algosos, Vimioso
Tel.: 273 569269

Casa da Bica *
Gondesende, Bragança
Tel.: 273 999454
Fax: 273 323577
E-mail: casadabica@braganca.pt

Casa d'Onor *
Rio de Onor, Bragança

Quinta da Avozinha *
Cabeça Boa, Samil, Bragança
Tel.: 273 331101
Fax: 273 329193
E-mail: quintadavozinha@netc.pt

para comer

Restaurante “Gabriela” - Sendim, Miranda do Douro

Restaurante D. Roberto - Gilmonde, Bragança

Restaurante Lombada - Babe, Bragança

Restaurante O Careto - Varge, Bragança

Restaurante Fraga dos Três Reinos - Moimenta, Vinhais

Restaurante Madre Garcia - Vinhais

Restaurante O Javali - Oleirinhos, Bragança

Restaurante Vileira - Vimioso

Restaurante “Caçoula” - Vimioso

Restaurante Cidadela Transmontana - Vinhais

para visitar

Bragança - Museu Militar, Museu Abade de Baçal, Castelo, Domus Municipalis e Igrejas

Miranda do Douro - Castelo, Sé e Museu das Terras de Miranda

Vimioso - Igreja Matriz, Atalaia e Castelo de Algosos

Outeiro (Bragança) - Castelo e Igreja

Vinhais - Castelo, Cidadela e Seminário

para levar

Fumeiro da Terra Fria; Mel do Parque; Castanha da Terra Fria; Bola de Miranda; Pão de Caçarelhos, de Argoselo, de Gimonde, de França, de Curópos; Folar de Izeda; Foles e Gaitas de Foles de Miranda; Cantarinhas de Barros de Pinela; Cobres de Vale de Frades; Ferro forjado de Genísio; Trabalhos em pardo, sarrubeco, lã e linho de Sendim; Navalhas de Palaçoulo; Máscaras de Varge e Ousilhão; Escriinhos de Genísio; Cestas em vime.

Para mais informações:

CorANE
Rua Padre António Vieira
Edifício do GAT
Tel.: 273332925
E-mail: terrafria@corane.pt

* Projectos apoiados pelo LEADER

Património arqueológico e requalificação do mundo rural

Um exemplo algarvio

A meio caminho entre os quentes areais do Alvor e o sopé da Serra de Monchique, e entre hortas com poços de água fria, pomares de sequeiro, campos de pastagem e resquícios de um matagal milenar onde imperam o carrasco, a azinheira e a aroeira, o concelho de Portimão guarda no âmago do Barrocal um dos mais preciosos tesouros da pré-história europeia, os testemunhos monumentais de uma civilização que, há cinco mil anos atrás, deixou as suas marcas impressas naquela paisagem histórica.

Junto ao lugarejo de Alcalar, onde se chega tomando a estrada que desde a Penina conduz para norte em direcção a Casais e Senhora do Verde, existiu há cinco mil anos uma grande aldeia com cerca de 20 hectares (hoje totalmente abandonada) da qual subsistem ruínas de muralhas, fossos e estruturas habitacionais. Este era o lugar central de um território habitado entre o V e o II milénios antes da nossa era por diversas comunidades, dispersas nas margens da Ria de Alvor e no Barrocal, numa paisagem que se estende pelo *hinterland* da orla costeira e que constituiu um território com uma ampla gama de recursos. Directamente associada ao grande povoado de Alcalar, uma vasta necrópole megalítica forma com ele uma só unidade orgânica. São cerca de duas dezenas de templos funerários monumentais e uma área sepulcral com hipogeus (criptas escavadas na rocha).

Este notável conjunto patrimonial, classificado como Monumento Nacional, localiza-se parcialmente em propriedades do Estado afectas ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) sendo visitáveis alguns monumentos. Outros situam-se em propriedades particulares, com acesso condicionado à prévia autorização dos respectivos proprietários. No ano 2000, no âmbito do programa "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve", foi instalado um centro de apoio aos visitantes, que veio criar infra-estruturas imprescindíveis à explicação e interpretação do sítio, e que regula e disciplina os fluxos de visita.

A intervenção do IPPAR acabou por entrosar-se com um projecto de investigação, que tem como base o estudo arqueológico dos solos antropizados e do património edificado entre o V e o II milénios antes da nossa era e compreende um conjunto de acções integradas dirigidas a toda a paisagem cultural. Numa pequena sub-região onde ambiente e património são elementos estruturais da economia, pretende-se delinear uma mais correcta gestão dos recursos culturais e um mais adequado ordenamento do território, e planificar as acções de salvaguarda, valorização e divulgação científica do património, reflectindo-se no desenvolvimento sustentável e auto-estima das comunidades que partilham o espaço geográfico em que se conservam os restos arqueológicos. Um dos aspectos de maior relevância do projecto parece-nos decorrer do melhor conhecimento dos recursos territoriais. A implementação de um pólo virtual de interpretação do património no Centro Interpretativo de Alcalar, permitirá a valorização de todos os vestígios, e não somente daqueles que se consideram normalmente mais significativos (pela sua monumentalidade ou importância histórica). A difusão dos resultados com recurso a uma tecnologia

de informação avançada evita que os edifícios musealizados fiquem desprovidos da rede de conexões que lhes dá sentido e sejam simplesmente apresentados ao grande público através de um conjunto de mediadores turístico-culturais.

As actividades de divulgação, de que são exemplo as realizadas no Centro Interpretativo de Alcalar no âmbito das Jornadas Europeias do Património e também as que têm vindo a ser organizadas em parceria com o Museu Municipal de Portimão [ver por exemplo a exposição "Alcalar: a Pré-História em Portimão" apresentada pela autarquia em 2001 no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa], têm levado a um vasto universo de utentes o conhecimento das comunidades que ocuparam a região de Alcalar, explicando de uma forma plausível todo o processo que condicionou o quadro em que actualmente se movem as populações que herdaram este território.

Com base no estudo dos restos vegetais recolhidos nas escavações arqueológicas, será possível reconstituir uma parcela do antigo bosque do III milénio antes da nossa era bem como instalar uma "horta pedagógica" com espécies cultivadas naquela época. A interpretação deste património em função da paisagem actual e com recurso a meios de divulgação adequados será o escape possível ao efeito de "ilha" que constitui o risco inerente a esta intervenção.

Outro dos aspectos relevantes parece-nos ser a integração dos elementos construídos da paisagem tradicional que reflectem a longa duração dos processos de interacção homem-meio. Entre estes incluem-se as pedreiras de calcário abandonadas e os fornos de cal hoje desactivados, que resultam de um sábio, milenar aproveitamento racional dos recursos naturais: a matéria-prima, calcário, disponível em grande quantidade, proveniente quer da despedrega dos campos, quer da exploração das pequenas pedreiras; e o combustível oferecido pelo denso matagal mediterrânico, de cujo desbaste sistemático resultavam clareiras, necessárias para o pasto dos tradicionais rebanhos de ovelhas e cabras. A existência de um forno de cal do século XVIII arruinado dentro da área musealizada da necrópole, constitui um importante pretexto de exploração educativa desse património.

O facto de se dispor dos conhecimentos, da tecnologia adequada e, eventualmente, dos financiamentos necessários para conservar, investigar, restaurar e reabilitar este conjunto histórico converte os arqueólogos em "executantes de um projecto de território" mas não assegura, por si só, uma adequada gestão da herança cultural. Do nosso ponto de vista, as tarefas de gestão patrimonial sairão enriquecidas se forem inseridas numa prática de desenvolvimento sustentável, em que os restos arqueológicos sejam encarados como uma mais-valia do presente e em que a musealização dos lugares de memória tenha um sentido de contemporaneidade, sem o que a sua banalização como locais de ócio terminará por convertê-los em "não-lugares". Apesar dos satisfatórios resultados obtidos pelas boas práticas de intervenção, reconhece-se ter havido alguma dificuldade em ultrapassar o estrito âmbito da salvaguarda, estudo e valorização dos monumentos megalíticos da necrópole e em concretizar uma intervenção global no conjunto pré-histórico, nomeadamente nas estruturas não monumentais. Mas a produção científica do passado em que nos temos empenhado vai no sentido de que a musealização da necrópole de Alcalar não constitua uma espécie de parque lúdico, rememorativo de épocas pretéritas, mas tenha um sentido vivencial, contemporâneo, inserindo (ainda que de forma virtual) um dos nossos mais notáveis conjuntos monumentais na rede de lugares e de conexões históricas que lhe dão sentido - e estimulando o discurso crítico acerca da transformação da paisagem, essencial para a construção de um futuro melhor para o mundo rural.

Rui Parreira
Arqueólogo do IPPAR



Requalificação do património edificado

Contributo do LEADER na Cova da Beira

O território de intervenção da Rude possui uma enorme riqueza patrimonial, cuja preservação foi assumida como um dos principais objectivos estratégicos da filosofia LEADER para a região por esta associação. Entre as várias vilas e aldeias contempladas pelo apoio do programa LEADER, destacam-se Belmonte e Castelo Novo.

Tomando consciência que parte da nossa História e Cultura se encontram expressas nas edificações do passado, a Rude – Associação de Desenvolvimento Rural, durante a implementação e gestão do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, tenta dar um elevado contributo nesta área, recuperando e preservando a traça original de imóveis que apresentam sinais de degradação, sobretudo em meio rural.

A Rude desde sempre considerou fundamental preservar a nossa identidade através da requalificação de diferentes elementos públicos e privados que constituem o património e caracterizam a paisagem urbana e rural; requalificação para a qual o contributo do Programa LEADER tem sido primordial.

O território de intervenção da Rude possui uma enorme riqueza patrimonial, designadamente, ao nível de monumentos históricos, património edificado, edifícios particulares e colectivos, cuja preservação foi assumida como um dos principais objectivos estratégicos da filosofia LEADER para a região por esta Associação. A requalificação do património edificado local tem contribuído de forma significativa para o embelezamento arquitectónico das ruas e localidades, nomeadamente através da execução de

diversos projectos aprovados no âmbito do LEADER, reconstituindo-se de alguma forma a memória viva e a identidade que a arquitectura local e regional nos confere.

Entre as inúmeras aldeias e vilas que se caracterizam pela sua visível riqueza patrimonial, e que nesta área foram contempladas pelo Programa LEADER, podemos referir como exemplos particularmente emblemáticos da história e cultura local edificada, as vilas históricas de Belmonte e Castelo Novo. No caso das vilas de Belmonte e Maçainhas foram conservadas e restauradas pinturas murais em fresco em dois templos religiosos inseridos em contextos históricos com vários séculos de existência - a Igreja de S. Tiago e a Capela do Espírito Santo - uma mais-valia turística para as respectivas localidades. Já em Castelo Novo foi recuperada e garantida a traça identificadora de um imóvel de características rurais, onde actualmente funciona um posto de venda de artesanato local e regional.

A sensibilidade para a riqueza patrimonial possibilitou, para além de magníficos resultados ao nível da requalificação urbanística, despertar nas populações urbanas e rurais a vontade de recuperar e requalificar a originalidade das fachadas, sobretudo de casas tradicionais que foram sendo objecto de diversas intervenções, alterando por completo a sua arquitectura inicial.

Neste contexto, e tendo em conta a atenção dada a esta área, verificou-se ainda a devida preocupação ao nível dos edifícios colectivos, nomeadamente os de cariz religioso, merecendo aqui destaque o restauro da antiga Igreja Matriz da Vila do Carvalho, que para além das características próprias do edifício em si e da sua reactivação, conferiu ao espaço envolvente um embelezamento singular em pleno centro da vila.

Como as potencialidades patrimoniais não devem ser dissociadas de uma vertente turística e promocional, na localidade do Tortosendo deu-se visibilidade à valorização do património edificado, através da iluminação de um conjunto de igrejas e fontanários que constituem um verdadeiro legado histórico-cultural, religioso e turístico que era urgente preservar. Posteriormente, foi elaborado um roteiro que constitui actualmente um interessante elemento de divulgação turística local e regional.

Paralelamente, e em todas as freguesias, surgem fontes e fontanários, alguns deles classificados de imóveis de interesse público e desempenhando ainda as funções de antigamente, sem que contudo tenham ao longo dos anos sofrido qualquer espécie de intervenção cuidada. No âmbito desta acção, destaca-se a recuperação da Fonte Antiga de Vale Formoso, uma obra prioritária que permitiu requalificar uma fonte centenária de grande beleza e que há muitos anos estava votada ao abandono. As intervenções realizadas no âmbito do LEADER demonstram o interesse deste tema para a Rude, sendo uma relevância que persiste na implementação do Plano de Desenvolvimento Local/LEADER+. Embora já tenha sido recuperado muito património edificado na Zona de Intervenção da Rude, estamos cientes que ainda há bastante trabalho a realizar - o que contribui para um desafio permanente e constante na procura de uma maior valorização da paisagem rural.



RUDE

RUDE

As pesqueiras do rio Minho

A arte da pesca e as pesqueiras do rio Minho são indubitavelmente um dos grandes pilares do património e da história de todos os melgacenses.

Há quarenta ou cinquenta anos atrás, o volume de pescado contribuía para a subsistência de muitas famílias das freguesias ribeirinhas do concelho de Melgaço. No período dos cerca de 100 dias de pesca (entre Fevereiro e Abril) o sável era abundante e a lampreia aparecia em número muito significativo. Actualmente, embora numa dimensão extremamente reduzida ainda se tira algum rendimento do rio Minho. Contudo, a poluição e os baixos caudais provocados pela estagnação da água na barragem da "Frieira" em Espanha têm vindo sucessivamente a contribuir para uma grande diminuição da pesca e consequente extinção de algumas espécies muito características do rio Minho.

Entre os inúmeros problemas com que se debatem actualmente as pesqueiras, existe a imagem negra da barragem de Sela; projecto que, se for avante, irá prejudicar não só a pesca como praticamente todo o sector agro-pecuário da região. Futuro inglório de uma actividade que já representou quase a totalidade dos meios de subsistência das populações ribeirinhas do rio Minho.

Barragem de Sela

O projecto da construção da barragem de Sela no troço internacional do rio Minho, entre Melgaço e Monção, data de 1968, tendo sido reanimado posteriormente por técnicos da EDP e da sua congénere espanhola União Fenosa, que elaboraram um Estudo de Impacte Ambiental.

Em Maio de 1998, a Câmara Municipal de Melgaço - inconformada com as conclusões deste estudo - assinou um protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Biólogos (APB) com vista à elaboração de um parecer sobre a construção desta barragem.

De acordo com o parecer da APB "o projecto de aproveitamento hidroeléctrico de Sela não tem viabilidade ambiental". A barragem seria o fim de muitas espécies piscícolas (como o sável e a lampreia, de que esta região vive), das pesqueiras, do vinho Alvarinho, dos desportos radicais de rio e de outros factores económicos colocando, definitivamente, em causa o modelo de desenvolvimento definido para a região e que só pode passar pelo aproveitamento turístico destas e de outras potencialidades rurais, que só existem numa região do interior como esta.

O somatório de todos os efeitos da Barragem iriam traduzir-se num rude golpe para as actividades económicas (pesca, agricultura e turismo), para a ecologia, paisagem e valores histórico culturais desta região ribeirinha. De considerar ainda que a alteração dos níveis freáticos pode causar danos irreversíveis nas águas minerais das Termas do Peso.

A Comissão Luso-Espanhola para regular o uso e aproveitamento dos rios internacionais nas suas zonas fronteiriças constituída, do lado português por representantes do Instituto da Água, Instituto de Conservação da Natureza, Instituto de Promoção Ambiental e da Direcção Regional do Ambiente do Norte e do lado espanhol por representantes da Direcção Geral de Obras Hidráulicas, Direcção Geral da Qualidade e Avaliação Ambiental e da Confederação Hidrográfica do Norte, deu parecer desfavorável à construção do aproveitamento hidroeléctrico de Sela devido aos impactos negativos que iria ter. Esta zona deveria ser afectada para a conservação do património natural e histórico, atendendo aos elevados valores ambientais identificados.

Textos cedidos pelo
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Câmara Municipal de Melgaço
com a colaboração da
Adriminho - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho



C.M. Melgaço

Salvem o rio Minho

António Esteves Ferreira, homem conhecedor da arte da pesca e herdeiro de três pesqueiras em Alvaredo e que ainda concentra as suas atenções nesta "bela e sempre tradicional actividade", fala sobre o passado e o futuro das pesqueiras.

Herança de gerações

"... herança deixada pelos nossos pais e avós durante gerações, as pesqueiras são prédios com contribuição autárquica, não existindo grandes alterações em relação à sua arquitectura e muito menos às técnicas de elaboração e colocação das redes. Os proprietários têm de pagar uma licença para colocar as suas redes e, assim como eu, existem outras pessoas (familiares ou não) que usufruem igualmente da pesqueira, contribuindo com um obsequio ao seu proprietário, por vezes com uma parte do peixe pescado. Existe uma grande cooperação entre os pescadores... o que recolhe o peixe de manhã ou à noite deixa tudo preparado para o pescador do turno seguinte".

A poluição e as barragens

"O peixe ao não encontrar condições no troço de rio de Valença para cima, definitivamente não vem cá desovar. A construção de barragens ao longo do troço de rio, em Espanha, contribuiu para a formação de baixos caudais e o peixe que sobe o rio acaba por ser comido mais depressa pelos corvos. Já lá vão os tempos em que se pescavam 100 sáveis por dia (hoje não se consegue tal quantidade durante toda a "pesca"), e em que somente com vinte e cinco escudos se comprava uma lampreia... Uma lampreia hoje em dia custa tanto a pescar como a comprar! Todos aqueles que como eu vivemos grandes momentos neste rio recordamos o tempo em que lançávamos uma moeda para o rio e a íamos buscar; o rio era tão limpo que se podia ver a moeda no fundo... Hoje, os pescadores não têm condições de pescar com tanta poluição incrustada nas bermas...".

Barragem de Sela

"Se a barragem da Frieira foi bastante má para a pesca, com a construção da barragem de Sela iremos ver a destruição definitiva da fauna e da flora do rio Minho, para além de prejudicar fortemente um sem número de estruturas produtivas do concelho em grande dimensão. A maior parte das pessoas já venderam as suas pesqueiras mas nós nunca o iremos fazer! Em Espanha, a população também já demonstrou o seu desagrado, e já o deu a entender ao poder central. É verdade que o desenvolvimento faz falta, mas se olharmos só para isso a tradição irá morrer definitivamente. Terá de haver uma maneira de conseguir conjugar as duas coisas. Durante muitos anos, com o peixe que pescávamos no nosso rio abastecíamos as famílias, os comércio da região e mesmo muito dele era vendido para fora. Na minha opinião, o público está mal informado; deveriam existir outras formas de sensibilizar a população em geral para o caso da degradação do rio Minho, que será herança dos nossos filhos. Não pode haver só esforço autárquico ou força de vontade das pessoas; é preciso informar e agir... é preciso salvar o rio Minho!".

Objectivos, actividades e produtos para 2004/2005

Cerca de 120 técnicos, dirigentes e responsáveis ligados aos GAL, entidades parceiras da Rede LEADER e entidade gestora, discutiram nos dois dias 11 e 12 de Fevereiro, em Lisboa, um Programa de Actividades para a Rede Portuguesa LEADER+. Um trabalho intenso e generoso, de participação e entrega que permitiu construir um edifício ambicioso para a Rede. A reflexão sobre a metodologia e a prática do Programa, a qualificação de todos os actores e a visibilidade interna e externa foram temas em destaque neste I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+.

Como base de trabalho foi apresentado aos participantes um documento onde se apontavam os objectivos pretendidos para a Rede LEADER+, os seus princípios orientadores e dispositivos operacionais, bem como um quadro síntese das acções a desenvolver. Mas, mais do que um quadro fechado de acções, pretendia-se com este documento introduzir uma discussão aberta e franca de todos, que permitisse construir um Programa que “servisse as actuais necessidades e interesses” dos Grupos de Acção Local (GAL), motivando a sua “participação activa” e apontasse para a “construção de estratégias de desenvolvimento rural” a médio prazo, tendo em linha de conta o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O encontro foi aberto pelo presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa) e Gestor do LEADER+, Carlos Mattamuross Resende, que aproveitou a circunstância para revelar algumas informações sobre a actualidade da gestão do Programa, como a criação de uma Unidade de Controlo de 1º nível, a assinatura de protocolos com as Direcções Regionais de Agricultura e a marcação da próxima Comissão Nacional de Acompanhamento para finais de Março.

Este encontro permitiu ainda um primeiro contacto entre o recentemente nomeado Chefe de Projecto, e os técnicos e dirigentes presentes. Nas palavras que dirigiu aos participantes, Rui Batista, manifestou a sua intenção de conduzir um trabalho de parceria com as entidades gestoras do Programa, contribuindo para um objectivo comum de maior eficácia e visibilidade da intervenção e do desenvolvimento rural.

Os trabalhos em plenário, amplamente participados, apontaram para algumas preocupações abrangentes. A questão da visibilidade foi uma das mais abordadas. Uma visibilidade que todos desejam maior, designadamente no interior da própria administração central e do mundo agrícola. A necessidade de formação de técnicos, dirigentes e actores e a promoção de uma verdadeira “cultura para o desenvolvimento” foram preocupações manifestas. A necessidade de lutar pela transferência da metodologia do LEADER para programas nacionais de desenvolvimento rural que possam aproveitar das novas verbas destinadas àquele objectivo no próximo Quadro Comunitário de Apoio foi outra das preocupações abordadas pelos técnicos presentes.

Uma metodologia participativa

Em seis Grupos de Trabalho foram discutidas as acções a desenvolver em 2004 e 2005 no quadro da Rede Portuguesa LEADER+. Assistência Técnica à Cooperação, Temas do Desenvolvimento Rural, Boas Práticas Transferíveis, Promoção de Territórios e Produtos e Informação e Divulgação, foram discutidos em termos de objectivos, actividades e produtos. De uma análise geral da proposta apresentada pelo IDRHa, os grupos de trabalho tiveram oportunidade de a confrontar com as necessidades sentidas e com a melhor forma de as satisfazer no quadro de uma participação em rede. Desse trabalho resultou um leque significativo de propostas, em grande parte coincidentes, que foram apresentadas em sessão plenária no final do encontro e cuja síntese é publicada na página

seguinte. A esta fase irá seguir-se um trabalho de articulação das diversas propostas para a apresentação de um novo Programa que se pretende submeter à apreciação de todos os participantes por via electrónica. Após a recolha de todas as observações pertinentes, será possível ver consagrado, até finais de Março, um Programa definitivo da Rede, a ser implementado através de parcerias institucionais e com a participação de todos os interlocutores.

Este I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+ não foi só um momento importante de reflexão e de consensualização do Programa da Rede; foi também um momento estimulante de união entre todos os parceiros, daquilo a que podemos chamar a “família” LEADER. Família que saiu reforçada e com redobrado ânimo para esta exigente tarefa de construir uma rede actuante e dinâmica que projecte o Mundo Rural português e crie condições para a sua redinamização.

Francisco Botelho



Francisco Botelho



Francisco Botelho

Com estas notas, registadas pelos relatores dos Grupos de Trabalho, pretende-se destacar a forte dinâmica que envolveu os participantes quanto à reflexão sobre o Programa de Trabalho da Rede Portuguesa LEADER+, realizada no I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+. Não sendo documentos exaustivos nem conclusivos, as ideias principais destas notas esboçam sugestões e recomendações pertinentes dos GAL, DRA e entidades parceiras que serão seguramente consideradas para a elaboração do documento final “Programa de Trabalho da Rede Portuguesa LEADER+”. Dado que a metodologia de trabalho do Vector 3 – Colocação em Rede assenta em princípios relacionados com a participação activa de todas as entidades envolvidas, o trabalho em parceria, uma forte concertação de vontades, divisão de responsabilidades e competências, estimulando a máxima visibilidade da intervenção realizada no âmbito do Programa, a Rede Portuguesa congratula-se com os resultados deste I Encontro, marco decisivo para a construção de um consenso alargado sobre as acções a desenvolver nos próximos dois anos.

Rede Portuguesa LEADER+

Grupo de Trabalho n.º 1
Facilitador: Miguel Velez/IN LOCO
Relator: José Coutinho/LEADEROESTE

As principais questões debatidas neste Grupo centraram-se nos seguintes aspectos:

1. Assistência Técnica à Cooperação: a “rede” pode ajudar a promover a cultura organizacional nas ADL e a reflectir sobre a sustentabilidade do LEADER sobre o posicionamento hierárquico entre o Estado/Ministério e os GAL e o papel das futuras divisões administrativas nos GAL, a avaliar os impactos do programa e a simplificar a articulação no relacionamento institucional público/privado. As principais actividades para esta acção prendem-se com a criação de uma plataforma/fórum de encontros que funcione como uma forma de agrupar os GAL e com a criação de um observatório de cooperação.

2. Formação e Qualificação: incidir na reforma da PAC, nas parcerias no desenvolvimento local, no próximo QCA, nas tendências dos territórios ao nível regional, nacional e europeu, na gestão e organização da administração pública, na sustentabilidade do desenvolvimento produzido pelos GAL e na articulação das questões globais sobre o turismo rural e a economia rural. As principais actividades poderão incluir a realização de sessões técnicas, seminários sobre temas específicos, organização de grupos de trabalho, questionários para os GAL visando identificar necessidades, angariação de especialistas sobre domínios do saber relacionados com as questões centrais, concursos de ideias inovadoras que possam contribuir para a mostra e criação de uma base de dados de competências dos GAL.

3. Informação/promoção e divulgação

As principais actividades de informação/promoção e divulgação poderão incidir no jornal *Pessoas e Lugares*, sendo necessário rever a triagem da informação veiculada pelos GAL ao jornal, os critérios jornalísticos do mesmo e repensar na criação de suportes informativos para publicação posterior em jornais de maior tiragem. Outras actividades poderão incluir a criação de um observatório para o mundo rural, reforçar a *linkagem* entre o site do IDRHa e os sites de cada GAL, através da sua permanente actualização pelo IDRHa e inclusão de um plano de marketing que desenvolva as preocupações dos GAL. Desenvolver um conjunto de produtos informativos e promocionais que permitam visualizar o trabalho desenvolvido pelos GAL, concebendo estratégias de envolvimento dos meios de comunicação social nas problemáticas dos GAL e na valorização dos trabalhos desenvolvidos. Criação de cadernos temáticos, suportes promocionais, espaços de animação e divulgação do LEADER.

Grupo de Trabalho n.º 2
Facilitador: António Realinho/ADRACES
Relator: Mário Fidalgo/AD ELO

Os principais objectivos de reflexão centraram-se na definição de actividades e programas de acção a operacionalizar através dos trabalhos da Rede Portuguesa LEADER+ nos anos de 2004 e 2005. Esta circunstância, e pelo facto das associações se encontrarem numa fase importante de reflexão sobre o seu papel no seio das políticas de desenvolvimento rural, levou a que o debate fosse mais rico e de âmbito prospectivo. Como conclusões importantes podemos referir o enquadramento estratégico das actividades da Rede em torno da Assistência Técnica (geral e à cooperação), da qualificação e formação das ADL e dos seus técnicos, e da promoção, informação das ADL, dos projectos LEADER+ e dos seus territórios.

Pistas de trabalho:

- **Encontros temáticos** estruturados em torno de um determinado tema de interesse (ex. turismo, produtos locais) onde serão apresentados projectos de cooperação, dificuldades, aspectos técnicos, podendo ainda incluir visitas a locais de execução;
- **Base de dados** com a apresentação detalhada de projectos de cooperação;
- Criação de um **Plano de Formação/qualificação** que responda às necessidades das ADL;
- Criação de um **Grupo de Trabalho** que proceda ao acompanhamento das actividades de elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Rural, dando assim contributos dos GAL para a definição concreta desse plano;

- Criação de um **Manual de Boas Práticas Metodológicas** de forma a tornar clara a especificidade do Programa LEADER e os seus ensinamentos;
- Organizar uma Mostra do Mundo Rural.

A Rede Portuguesa LEADER+ deve dar um contributo importante para a consolidação das ADL e da sua intervenção, destacando de forma clara a especificidade metodológica do Programa LEADER+ e o seu papel imprescindível na concretização de uma política de Desenvolvimento Rural ao nível nacional.

Grupo de Trabalho n.º 3
Facilitador: José Sousa Guedes/ADER-SOUSA
Relatora: Catarina Soares/ADELIAÇOR

A reflexão neste grupo de trabalho espelhou a necessidade dos GAL se reencontrarem e debaterem questões relativas à gestão e funcionamento do LEADER+. Este foi ainda o primeiro momento em que os GAL puderam contribuir para a construção do Vector 3, definindo necessidades e prioridades e desenhando actividades que resultem no maior fortalecimento da rede LEADER+. Três eixos de intervenção foram propostos:

Eixo 1 Assistência Técnica

1.1 Ao trabalho das ADL

1.2 À cooperação

Eixo 2 Qualificação

2.1 Das equipas Técnicas

2.2 Das parcerias

Eixo 3 Promoção

3.1 Dos territórios (produtos/património)

3.2 Das associações (competências e metodologias de trabalho)

Para estes eixos foram desenvolvidas 14 actividades de que destacáramos, para além da qualificação técnica/reciclagem das equipas técnicas, o projecto de estudo do impacto multisectorial do LEADER nos territórios locais e a difusão da metodologia LEADER na abordagem das questões do desenvolvimento do meio rural.

A necessidade dos GAL contribuírem para a dinamização da rede e a escassez de recursos técnicos e financeiros para uma participação mais activa leva-nos a propor a activação das Unidades Territoriais de Animação de abrangência regional com reforço das capacidades dos GAL, pela contratação de apoio técnico ao Vector 3.

O jornal *Pessoas e Lugares* e o SITE da Rede são instrumentos fundamentais de difusão de informação para a rede mas também de divulgação do Meio Rural nos espaços urbanos.

Grupo de Trabalho n.º 4
Facilitadora: Isabel Benedito/ESDIME
Relatora: Elsa Neves/Proregiões

Do I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+ resultou, um documento síntese consensual que identifica as dificuldades que se colocam aos GAL no terreno e as consequentes necessidades que estes gostariam de ver satisfeitas pela Rede. Foram identificadas como necessidades prioritárias dos GAL às quais a Rede Portuguesa LEADER+ deve dar resposta a Qualificação/Capacitação-Informação e a Visibilidade e os recursos humanos e financeiros.

Na **qualificação/informação-capacitação** considerou-se como prioritário as auditorias internas, o ambiente e ordenamento do território, a comunicação e a legislação. Aumentando, através de um conjunto de acções, a capacitação dos GAL e dos parceiros da rede para uma intervenção qualificada e optimizada.

Na **visibilidade** considerou-se como prioritário dar visibilidade à metodologia LEADER, aos resultados obtidos, aos territórios e às organizações de desenvolvimento local, de forma a garantir a continuidade, sustentabilidade e transferibilidade das práticas. No jornal *Pessoas e Lugares*, tendo por base o formato actual, a discussão centrou-se nas questões referentes aos destinatários, à função e ao conteúdo do jornal. Como propostas surgem uma reorientação da distribuição a nível institucional, o melhoramento do grafismo/estética, revisão dos conteúdos e uma avaliação rigorosa dos custos por edição. Para a mostra do Mundo Rural e Encontro Europeu, deu-se destaque à necessidade de identificar e valorizar as pequenas “mostras” locais, regionais e nacionais promovidas pelos GAL, a participação nas “mostras” a realizar e integrar e articular actividades no processo de construção da Mostra do Mundo Rural/Encontro Europeu.

Grupo de Trabalho n.º 5
Facilitadora: Ana Paula Xavier/ADRIMINHO
Relatora: Maria do Céu/DUECEIRA

As principais expectativas deste Grupo relativamente à Rede Portuguesa LEADER+ são as seguintes:

- Aumentar a articulação, em geral, de forma a diminuir a duplicação na utilização dos recursos;
- Expandir a Rede para além da actuação do Programa LEADER+, transformando-a na Rede Portuguesa do Mundo Rural;
- Pensar a actuação da Rede a dois níveis: regional e nacional, de forma a facilitar a sua actuação, tornando-a mais abrangente, eventualmente com uma maior participação das DRA;
- Congregar e não agregar interesses entre os vários agentes da Rede;
- Investir na qualificação do trabalho das ADL;
- Investir no apoio técnico às ADL;
- Estreitar, fortalecer, dinamizar, facilitar as ligações entre os vários agentes da Rede, incluindo os provenientes da Administração Pública;
- Fomentar e dinamizar parcerias nacionais e transnacionais;
- Fomentar a troca de conhecimentos, informação e experiências com os seguintes objectivos: Aumentar o conhecimento da realidade, o acesso à informação, conhecimento das estratégias de desenvolvimento de outros territórios e a comunicação;
- Divulgar informação do interesse dos agentes envolvidos na Rede, o Programa e os seus impactos, o trabalho das ADL, com o objectivo de aumentar a sua visibilidade;
- Dar grande visibilidade da Rede nas acções que cada ADL promove no seu território;
- Elaborar um programa de acção com viabilidade de execução e não tão ambicioso que comprometa a participação com qualidade dos GAL;
- Encontrar formas de financiamento, a partir do Vector 3 e alternativas ao Vector 1, que viabilizem a participação com qualidade dos GAL.

Grupo de Trabalho n.º 6
Facilitador: Joaquim Carapeto/INDE
Relatora: Ana Souto/DUECEIRA

No seio de um grupo extremamente participativo, crítico e com capacidade efectiva de apresentar propostas foi possível reunir consensualidade nos pressupostos que nos parecem fundamentais para a existência da Rede, os quais se pretendem estratégicos e, por tal, fundamentais à reelaboração e concretização do Plano.

Como primeiro grande passo, definiu-se a criação de um Conselho/Unidade de Acompanhamento da Rede, que se deve constituir como um núcleo de apoio à animação, operacionalização e avaliação contínua do processo. Este último foi, aliás, considerado como o ponto fulcral de toda a futura acção da Rede e, porventura, aquele que pode perspectivar o seu sucesso enquanto malha de comunicação e interacção. Como aspectos-chave da intervenção concluiu-se que a Rede pode e deve necessariamente ter em conta:

- o envolvimento de toda a Parceria LEADER;
- a concentração em torno de actividades e produtos de qualidade que marcadamente reforcem a Rede e a Iniciativa LEADER+ e sejam promotores da sua visibilidade;
- a flexibilidade da estratégia proposta no Plano por forma a existir - se necessário - a introdução de temas actuais ou pertinentes face a determinada conjuntura;
- a captação e enfatização dos aspectos de modernidade e actualidade dos territórios rurais;
- a incorporação no processo de personalidades de prestígio que efectivamente se constituam como uma mais-valia, seja pela qualidade dos seus conhecimentos e experiência, seja pelo impacto da sua participação.

Por fim, também a ideia de que a Rede se deve constituir como o espaço ideal de discussão e afirmação face às novas políticas de desenvolvimento, numa atitude una e coesa de compromisso com o futuro.

BTL 2004

Considerada a mais importante feira de turismo de Portugal, decorreu de 21 a 25 de Janeiro, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), no Parque das Nações, em Lisboa, a 16ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL).

Entre operadores turísticos, agências de viagens, companhias aéreas, associações de turismo e hotéis dos quatro cantos do mundo, marcaram igualmente presença nesta 16ª edição da BTL associações de municípios, regiões e turismo de câmaras municipais de norte a sul do país. À semelhança de anteriores edições, a BTL foi também o local escolhido por algumas associações de desenvolvimento local para fazer a apresentação dos seus projectos na área do turismo, designadamente projectos apoiados pelo Programa LEADER.

Neste contexto, a ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte apresentou as "Aventuras Templar". BTT, Canoagem, Escalada, Mergulho, Todo-o-Terreno, Rappel, Passeios Pedestres, são apenas algumas das actividades que a Templar - Rotas e Destinos Turísticos, Lda. organiza um pouco por todo o Ribatejo Norte... Albufeira de Castelo do Bode, Lago Azul (Ferreira do Zêzere), Parque Aventura do Agroal (Ourém), Terras do Alviela (Alcanena), Alto Nabão (Tomar)... Paralelamente, e fora da região e até do país, a Templar promove também Campos de férias, Expedições de Mergulho, Expedições de Montanhismo, Formação outdoor... "Aventuras" para todos os gostos e bolsos. Para saber mais: www.templar.online.pt.

No stand dos Solares de Portugal - uma presença já habitual na BTL - a TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, apresentou a nova brochura dos Solares de Portugal. Uma publicação, com formato de bolso (como convém), e atraentes fotografias, que faz referência a todas as "Casas antigas", "Quintas e Herdades", e "Casas rústicas" do país incluídas nos Solares de Portugal. No mesmo dia, durante a inauguração do stand, a TURIHAB, em cooperação com a VINITUR, promoveu ainda uma prova de vinhos do Porto, e apresentou os itinerários Solares de Portugal, programas guiados para pequenos grupos com duração de uma semana centrados na temática do vinho, gastronomia e cultura e com alojamento nos Solares de Portugal.

Aproveitando a oportunidade, a TURIHAB apresentou os sites www.solaresdeportugal.pt; www.center.pt; www.casasnocampo.net; www.europetraditions.com; www.europe-traditions.net e www.europe-traditions.org. Este último site corresponde a uma nova parceria promovida através do projecto "Europa das Tradições: uma visão transatlântica" do programa ON - Operação Norte, que objectiva o lançamento em Abril, em Ponte de Lima, das "Fazendas do Brasil". Um projecto que tem como



Paula Matos dos Santos

promotores a TURIHAB e as associações parceiras de TER no Brasil, AMETUR (Minas Gerais), PRESERVALE (Rio de Janeiro) e ACETER (Ceará). Nesta edição da BTL, também estiveram representadas as "Aldeias de Portugal", através da ATA - Associação do Turismo de Aldeia. Um projecto de cooperação inter-territorial, financiado pelo Programa LEADER+, entre as associações Ader-Sousa, Adril, Adrimag, Adriminho, Atahca, Beira Douro, Dolmen, Probasto e Sol-do-ave. A promoção de aldeias "inseridas no meio rural, constituindo espaços envolventes que fazem parte das zonas de intervenção de cada uma destas entidades é o objectivo principal deste projecto que, neste momento, abrange 58 aldeias das Terras de Sousa, Vale do Lima, Montemuro, Arada e Gralheira, Vale do Minho, Alto Cávado, Beira Douro, Douro Tâmega, Terras de Basto e Vale do Ave.

Com um total de 524 expositores directos e 357 indirectos, a BTL 2004 atingiu uma área de exposição de quase 56 mil m2, afigurando-se mais dinâmica do que nunca. Além da exposição e da vertente económica, a edição 2004 da BTL - como já é habitual - contou com um extenso e diversificado programa de animação, exposições, conferências, provas gastronómicas e mostras de artesanato, fazendo desta feira um certame cada vez mais atractivo, quer para os profissionais do sector, quer para o público em geral.

Paula Matos dos Santos

Feira do Fumeiro de Vinhais



Francisco Botelho

Há 24 anos que Vinhais leva a efeito a sua Feira do Fumeiro. Pólo dinamizador de uma importante actividade económica da Terra Fria Transmontana, a Feira do Fumeiro é uma montra e, simultaneamente, uma importante alavanca do desenvolvimento do mundo rural de Vinhais e de toda a região envolvente. Ao apresentar a iniciativa deste ano, que decorreu de 5 a 8 de Fevereiro, o presidente da Câmara Municipal de Vinhais falou do "casamento perfeito que passa pela união de afectos, saberes e sabores - toda a filosofia da Feira do Fumeiro gira em torno deste conceito...". E a vivência destes quatro dias em Vinhais veio dar crédito a esta afirmação. Os *sabores* dos tradicionais fumeiros de Vinhais e da gastronomia local, só possíveis através da preservada

cultura do mundo rural da Terra Fria, juntaram-se à dinamização e promoção dos *saberes* das comunidades locais, em áreas tão significativas como o artesanato e a gastronomia. Tudo envolvido na festa e na confraternização - os *afectos* - entre os locais e os muitos milhares de visitantes que inundaram a Feira este ano.

A Feira do Fumeiro de Vinhais é a principal responsável pela comercialização da produção das Cozinhãs Regionais de Fumeiro (18) e Unidades Industriais (4) do concelho, produção que se enquadra num cuidado trabalho de promoção da fileira do porco Bisaro e de dinamização de uma tradicional e caseira transformação da carne de porco em fumeiro de qualidade. Com um cuidado controlo desde a produção animal até à

apresentação na Feira, a organização vem garantindo um elevado padrão de qualidade do produto, responsável pelo actual prestígio do certame em todo o país.

Mas a Feira do Fumeiro não se esgota na comercialização do produto. As Jornadas Gastronómicas que se desenvolvem nos restaurantes locais e nas tasquinhas instaladas no recinto proporcionam uma apreciação demorada dos sabores dos fumeiros cozinhados ou de outras especialidades tão genuínas como os "cuscos" ou a sopa de "cascas". A acompanhar as Jornadas Gastronómicas, a Feira contou igualmente com seis Provas de Vinhos e Fumeiro onde o público podia, acompanhado por técnicos da especialidade, escolher o "melhor casamento entre o vinho e o Salpichão de Vinhais".

Colóquios relacionados com a cultura da região, o VI Concurso Nacional de Suínos da Raça Bisara, uma Exposição de Máquinas Agrícolas e numerosos espectáculos de animação musical completaram a programação dos quatro dias desta XXIV Feira do Fumeiro de Vinhais... Que se afirma, cada vez mais, como a principal responsável pela (re)dinamização de uma das mais importantes actividades económicas do mundo rural da Terra Fria Transmontana.

Francisco Botelho

A Feira do Fumeiro de Vinhais é uma organização da Câmara Municipal de Vinhais e da Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bisara, com co-financiamento do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ através da CORANE - Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina.



Guia do Distrito de Bragança
 Governo Civil de Bragança, Região de Turismo do Nordeste
 Transmontano, CoraNE, Desteque, Douro Superior, 2003

Com o apoio do LEADER+ / CoraNE, Desteque e Douro Superior

Dar a conhecer os 12 concelhos que integram o distrito de Bragança - Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais - é a proposta desta publicação, recentemente lançada.

A breve apresentação de cada um dos concelhos, com as imprescindíveis referências aos locais a visitar, gastronomia e artesanato, este *Guia do Distrito de Bragança*, edição bilingue (Português/Inglês), acrescenta informação acerca dos museus que merecem uma visita, das unidades de alojamento e empresas de animação turística existentes no distrito.

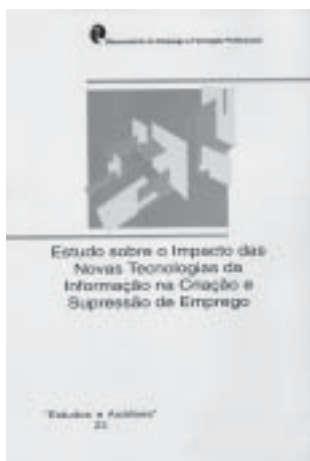
O *Guia do Distrito de Bragança* é o resultado de um projecto de cooperação, no âmbito do Programa LEADER+, entre o Governo Civil de Bragança, a Região de Turismo do Nordeste Transmontano e os três Grupos de Acção Local do distrito - Corane - Associação de Desenvolvimento dos concelhos da Raia Nordestina, Desteque - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente e Douro Superior - Associação de Desenvolvimento.



Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local
 Luís Moreno (coordenação e redacção), Sara Messias (introdução de dados)
 António Barata, Helena Magalhães, Anabela Pereira (actualização e revisão),
 animar 2003

Edição patrocinada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa) e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Já chegou o Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local 2003! Carece de qualquer apresentação. É um objecto recurso de primeira necessidade para guiar qualquer curioso ou profissional do Desenvolvimento Local. O Guia 2003 constitui-se de um índice geral alfabético das OIDL; um índice das OIDL por região; breves notas de teoria, história e expressão geral do Desenvolvimento Local; uma breve caracterização agregada das OIDL; referências bibliográficas e documentais; um apêndice com as entidades constituintes de membros colectivos da animar e, *last but not least*, fichas das OIDL (designação, endereço postal, contactos, pessoa(s) a contactar, forma jurídica, data da constituição, origens do projecto, área geográfica de intervenção, actividades principais, programas nacionais e europeus, serviços prestados). E para os mais info-dependentes, o Guia vem acompanhado de um CD-ROM Guia das O.I.D.L. em formato PDF.



Estudo sobre o Impacto das Novas Tecnologias da Informação na
 Criação e Supressão de Emprego - Dezembro 1999

Álvaro Martins, Luís Gomes Centeno, Pedro Afonso Fernandes, Mário Centeno, Manuela Paixão e Célia Pedrosa (CIDEIC) e Mário Bacalhau (EUREQUIPA), 2003

Edição do Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFPP), com o apoio do Fundo Social Europeu

O Estudo tem como principal objectivo a avaliação do impacto das Novas Tecnologias da Informação (NTI) na criação e supressão de emprego. O ângulo global e sectorial da questão realça os ganhos de produtividade e a crescente segmentação do mercado do trabalho, com o lento crescimento do emprego e com a afirmação do desemprego. Reconhecem-se as especificidades de Portugal neste contexto global, nomeadamente enquanto país especializado em sectores com perspectivas moderadas - ou mesmo pessimistas - de crescimento do respectivo emprego e apresentando um tecido produtivo, ainda em fase de implementação e introdução das novas tecnologias. Esta característica é amplificada pelos baixos indicadores de habilitação literária e qualificações que a população activa representa. Todavia relevam-se melhorias notórias ao nível das qualificações de mão-de-obra. As NTI foram também muito associadas a ganhos de produtividade e competitividade. Indo ao encontro das preocupações recensadas são propostas as seguintes medidas: o desenvolvimento de novas actividades que absorvam os trabalhadores libertados pela introdução de NTI, o estímulo da cooperação entre empresas e organizações da Economia Social e a moderação das políticas de retirada precoce do mercado de trabalho. Sugerem-se o desenvolvimento de uma estratégia de vulgarização das NTI junto dos empresários, o aumento do papel do Estado na formação de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias adequadas às empresas ou instituições públicas e a promoção de acções de formação nas empresas para a redução da iliteracia informática.



www.ippar.pt

Site do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), do Ministério da Cultura, onde o visitante pode encontrar as últimas notícias de projectos e exposições organizadas pelo IPPAR, bem como a agenda cultural. Para além da apresentação do próprio IPPAR, pode ser encontrada a lista das direcções regionais, uma listagem de monumentos e sítios abrangidos pelos projectos e a descrição das várias actividades do IPPAR. Os interessados podem ainda ter acesso às publicações e, a título de exemplo, na pesquisa sobre o património é possível aceder a dois tipos de pesquisa sobre o património imóvel classificado e em vias de classificação, bem como a informação descritiva e fotográfica sobre diversas áreas temáticas e ao património português inscrito na lista de património mundial. Tem ainda disponível uma versão em Inglês.



www.quercus.pt

Para os amantes da natureza, a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, destaca na primeira página do seu *site* alguns dos últimos comunicados, bem como eco-ideias, destacando as notícias mais importantes nesta área. Dá também especial relevo a duas campanhas ambientais e, sempre em tons e fotografias alusivos à natureza, dá entrada a vários tópicos de pesquisa no *site*. É possível pesquisar mais sobre as actividades da Quercus, as suas campanhas e comunicados, informar-se sobre os núcleos regionais ou mesmo apresentar uma denúncia. Um *site* muito cuidado e bem apresentado e de fácil navegação.



www.addzi.com

O portal da ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão encontra-se disponível em português e inglês e permite ao visitante consultar os seus estatutos, programas, localização, órgãos sociais, contactos e a apresentação da ADD como entidade gestora a nível local do Programa LEADER. O portal faz ainda uma apresentação da associação, onde inclui notícias sobre projectos para a área de intervenção da ADD, uma listagem das parcerias, sendo ainda possível aceder a uma página de *links* úteis. Entre mapas e fotografias ilustrativas, este é um *site* dirigido a todos os profissionais no ramo de apoio a iniciativas e investimento produtivo. Um portal apelativo e informativo, vale a pena visitá-lo.

Fumeiro da Terra Fria Transmontana

Qualidade e tradição

Devido ao clima rigoroso ou por costume e tradição, sempre fizeram parte da dieta alimentar dos transmontanos alheiras, chouriças, linguiças, salpicões, presunto... Uma arte ancestral de conservar a carne durante o ano inteiro, transmitida de pais para filhos até aos nossos dias, deliciando gerações de consumidores. Hoje, como há décadas ou mesmo séculos, é possível desfrutar destes produtos com todo o sabor, cor, aroma e textura que lhes são tão particulares.



O *Butelo de Bragança*, a *Chouriça de carne de Vinhais* e o *Salpicão de Vinhais*, figuram entre as mais afamadas especialidades do fumeiro da Terra Fria Transmontana que, pela genuinidade ou modo de produção particular, têm vindo a ganhar tal reputação que são mesmo conhecidos pelos seus nomes.

Dois deles - a *Chouriça de carne de Vinhais* e o *Salpicão de Vinhais*, são Produtos Tradicionais Portugueses de reconhecida qualidade, apresentando-se, por isso, devidamente rotulados, com indicação explícita do nome e denominação a que têm direito - IGP (Indicação Geográfica Protegida), no caso, e uma marca de certificação numerada que garante que o produto foi submetido a um sistema de controlo ao longo da sua fileira produtiva.

Seguindo o saber-fazer tradicional, mantendo-se fiéis às matérias-primas e aos ingredientes auxiliares que lhe reforçam sabores e aromas, as gentes transmontanas continuam, orgulhosamente, a produzir fumeiro quer para consumo próprio quer para tantos outros que, pouco a pouco, vão descobrindo e apreciando estes "sabores tradicionais". De referir que apenas ao nível do tempero é possível registar algumas diferenças, porquanto em Bragança e Vinhais se utiliza vinho e água, Miranda do Douro e Vimioso apenas água e Montalegre, Valpaços e Vila Real apenas vinho. De resto, o alho, o louro e o colorau são presenças obrigatórias em qualquer caso.

Com efeito, a reputação alcançada por muitos destes produtos ao longo dos tempos, e consequente aumento da procura, levaram a repensar a estratégia produtiva de forma a assegurar o regular abastecimento dos mercados, com produtos de inegável qualidade e segurança.

Cozinhas Regionais de Fumeiro

Ao fumeiro artesanal produzido no Inverno frio transmontano, junta-se então o fumeiro certificado produzido em modernas unidades de fabrico que, mantendo a genuinidade caracterís-

tica das receitas ancestrais, garante uma qualidade permanente ao longo de todo o ano. Actualmente, nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vinhais e Vimioso existem 21 "Cozinhas Regionais de Fumeiro" (16 das quais só em Vinhais) e oito Unidades Industriais de Transformação de Enchidos.

As denominadas "Cozinhas Regionais de Fumeiro" ou "Estabelecimentos de Venda Directa" (conforme Decreto-lei n.º 57/99, de 1 de Março - que veio estabelecer as normas para o licenciamento dos mesmos) surgem, conforme explica uma das mentoras do projecto, Carla Alves, Engenheira Zootécnica da Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bisara (ANCSUB), da necessidade de regularizar e enquadrar legalmente a produção artesanal de fumeiro e a possibilidade de permitir a sua venda directa no local de produção. "O nome "Cozinhas Regionais de Fumeiro" foi quase um baptismo nosso, para darmos um cunho mais pessoal a estes estabelecimentos", explica Carla Alves.

Situada no centro da vila de Vinhais, a *Cozinha Regional de Fumeiro* da D. Lucinda Jesus Pires, à porta de mais uma edição - a 24ª - da Feira do Fumeiro de Vinhais, ostenta o que de melhor se produz por aqueles lados em matéria de enchidos. Começando pela zona de laboração, devidamente apetrechada (câmara de frio, bancadas de desmancha e de enchimento em inox, fogão com exaustão), a visita a esta *Cozinha* - que à semelhança de todas as outras beneficiou do apoio da Medida AGRIS - terminou, naturalmente, na zona de cura e fumagem onde, geometricamente alinhados em varas pendiam dezenas de alheiras, chouriças, chouriços, salpicões, butelos e alguns presuntos de dimensões apreciáveis. Identificar cada uma destas iguarias pelo nome revelou-se uma tarefa difícil. Valeram os conhecimentos da D. Lucinda, que além de explicar as diferenças de cor, aroma, textura e apresentação que definem a personalidade própria de cada

produto, ainda fez questão de sublinhar duas questões de enorme importância quando se fala de Fumeiro de Vinhais: a matéria-prima e o tipo de lenha usada na fumagem (carvalho e castanho sobretudo).

Sendo também proprietária de uma das actuais 70 pocilgas licenciadas produtoras de suínos Bísaros, escusado será dizer que esta é a matéria-prima que está na origem de todo o seu fumeiro. Importa aqui também sublinhar que a revalorização da carne desta raça de suínos, especificamente em Fumeiro, veio permitir a revitalização da suinicultura tradicional, aproveitando um recurso genético autóctone - o porco Bísaro - cuja alimentação à base de produtos naturais, aliada às características da raça permite a obtenção de uma carne de excelente qualidade. Promover e dinamizar a criação desta raça é de resto o principal objectivo da ANCSUB, e para o qual conta, desde já, com o apoio do programa LEADER+. Ao abrigo deste novo quadro legal, e cumprindo os requisitos estipulados, a D. Lucinda pode transformar até 3 000 Kg de matéria-prima por ano - o que equivale, números redondos, ao abate de cerca de 20 suínos Bísaros (obrigatoriamente de produção própria) - em produtos de fumeiro que podem ser comercializados quer directamente no local de produção quer em feiras e mercados num raio de 40 km.

Através das "Cozinhas Regionais de Fumeiro", a D. Lucinda, assim como todos os outros proprietários destes "Estabelecimentos de Venda Directa", não concorrendo com as pequenas e médias unidades industriais (dados os limites de produção e de venda naquelas estabelecidos), geram riqueza e criam mais-valias que complementam o seu rendimento agrícola. Uma actividade que hoje assume já uma importância fundamental em toda a Terra Fria Transmontana, não só em termos económicos mas também culturais e sociais.

Paula Matos dos Santos

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 16 | Janeiro/Fevereiro 2004

Propriedade

INDE - Intercoperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamuross Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Batista/IDRHa

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

Adriminho, Ana Baptista (INDE), Ana Maria L. C. Correia (IDRHa), António Monteiro (Parque Natural do Douro Internacional), Câmara Municipal de Melgaço, CoraNE, Elsa Fernandes (PALOMBAR), Grupos de Trabalho do I Encontro da Rede Portuguesa LEADER+, Luís Chaves (Minha Terra), M. Ribeiro (IPPAR), Maria da Glória Diniz (IDRHa), Rude, Rui Parreira (IPPAR), Teresa Pinto-Correia (Universidade Évora)

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

